



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I  
CENTRO DE EDUCAÇÃO- CEDUC I  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTORIA**

**JOSENILDO MARQUES DA SILVA**

**UM NOVO “PAI DOS POBRES”?  
Representações do Governo Wilson Braga no  
Jornal Gazeta do Cariri (1982-1985)**

CAMPINA GRANDE – PB  
2011

**JOSENILDO MARQUES DA SILVA**

**UM NOVO “PAI DOS  
POBRES”? Representações do Governo Wilson  
Braga no Jornal Gazeta do Cariri (1982-1985)**

Monografia apresentada ao Curso de  
História da Universidade Estadual da  
Paraíba em cumprimento à exigência para  
obtenção do grau de Licenciatura.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ms. Martha Lúcia Ribeiro Araújo

CAMPINA GRANDE – PB  
2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

S586n Silva, Josenildo Marquesda.  
Um novo “pai dos pobres”? representações do  
governo Wilson Braga no jornal Gazeta do Cariri  
(1982-1985) [manuscrito]: /Josenildo Marques da  
Silva. – 2011.

75f.: il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação  
em História) – Universidade Estadual da Paraíba,  
Centro de Educação, 2011.

“Orientação: Profa. Ma. Martha Lúcia Ribeiro  
Araújo, Departamento de História”.

1. Jornal – Gazeta do Cariri 2. Política e  
Governo 3. Jornalismo - Reportagens 2. I. Título.

21. ed. CDD 070.

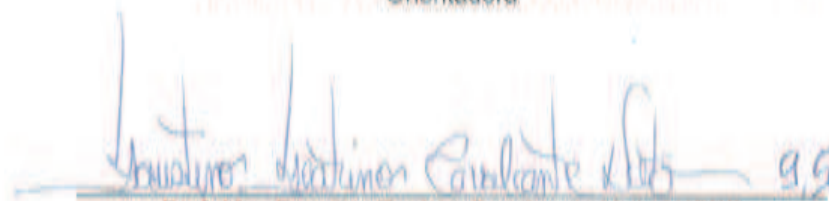
JOSENILDO MARQUES DA SILVA

**UM NOVO "PAI DOS POBRES"? Representações do  
Governo Wilson Braga no Jornal Gazeta do Cariri  
(1982-1985)**

Monografia apresentada ao Curso de  
História da Universidade Estadual da  
Paraíba em cumprimento à exigência para  
obtenção do grau de Licenciatura.

Aprovada em 23/11 /2011.

  
Profª. Ms. Martha Lúcia Ribeiro Araújo / UEPB  
Orientadora

  
Prof. Ms. Faustino Teatino Cavalcante Neto / UEPB  
Co-orientador

  
Profª. Drª Elizabeth Cristina de Andrade Lima / UFCG  
Examinadora

## DEDICATÓRIA

A Deus, meus familiares, namorada e  
amigos..... DEDICO.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, por me dar força em todos os momentos da minha vida iluminando a minha mente para prosseguir na concretização deste objetivo.

A minha família pelo incentivo importante que me deram, pois embora sem muitas condições financeiras me motivaram a continuar estudando.

A minha namorada Izabelle Trajano da Silva pela motivação em participar dos eventos da Universidade e ser um exemplo de dedicação, compromisso e persistência.

A todos/as os amigos/as e colegas, em especial João Batista de Lima, Gildivam Francisco da Neves, Inácio Vicente Marinho e Milene Trajano da Silva, pessoas que tanto me ajudaram e se configuram também como espelhos para minha vida pessoal e profissional.

A futura Assistente Social ShyrlyDarly da Silva Bernardo, pela imensa contribuição, uma vez que não mediu esforços para conseguir encontrar as principais fontes que estiveram sendo utilizadas no presente trabalho.

A atual coordenadora do Curso de História Auricélia e a sua excelente secretária Socorro, pessoas que tanto me ajudaram diante das dúvidas e problemas que apareceram ao longo do curso.

A todos os professores com quem tive a honra de estudar e desenvolver minhas capacidades intelectuais.

A minha orientadora Martha Lucia Ribeiro Araújo que se dispôs a oferecer parte do seu tempo e também um significativo conhecimento para que este trabalho pudesse ser realizado.

## RESUMO

Com as mudanças historiográficas que vieram ocorrendo nas últimas décadas, percebe-se a produção de trabalhos que apresentam novos olhares sobre o estudo da política. Nesse sentido, enquanto grande parte das produções referentes ao século XIX visava exaltar as chamadas figuras políticas, os trabalhos atuais buscam desvendar os diversos fatores que explicam a legitimação política de determinado grupo ou partido. Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar as representações políticas do Governo Wilson Braga através do jornal *Gazeta do Cariri* (1982 - 1985). Do ponto de vista metodológico, foi realizada uma pesquisa em acervos particulares e coleções, hoje presentes em mãos de familiares e amigos do fundador do *jornal Gazeta do Cariri*, sobre alguns documentos como as nove edições do referido jornal, listas de patrocinadores, diárias, cartas, fotografias, entre outros. Teoricamente, o estudo se fundamenta em autores como Barros (2004), Brun (1999), Chartier (1990) e Cittadino (1999), que oferecem contribuições significativas na realização de trabalhos dessa natureza. Como resultado verificou-se as formas de representações do Governo Wilson ao longo de diversas reportagens, bem como os motivos que influenciaram o jornal na construção de uma visão positiva desse governo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jornal *Gazeta do Cariri*. Representação. Wilson Braga.

## RESUMEN

Con los cambios historiográficos que vinieron ocurriendo en las últimas décadas, percibimos a la producción de trabajos que presentan nuevas miradas sobre el estudio de la política. En el sentido, en cuanto gran parte de las producciones referentes al siglo XIX visaba exaltar las llamadas figuras políticas, los trabajos actuales buscan desvendar los diversos factores que explican la legitimación política de determinado equipo o partido. Así, el presente trabajo tiene como objetivo analizar la representación política del Gobierno Wilson Braga a través del periódico *Gazeta del Cariri* (1982-1985). Del punto de vista metodológico, fue realizada una pesquisa en acervos particulares y colecciones, hoy presentes en manos de familiares y amigos del creador del Periódico *Gazeta del Cariri*, algunos documentos como las nueve ediciones del referido periódico, listas de patrocinadores, diarias, cartas, fotografías, entre otros. Teóricamente embasamos el estudio en autores como Barros (2004), Brun (1999), Chartier (1990) y Cittadino (1999), que nos ofrecen contribuciones significativas en la realización de trabajos de la naturaleza. Como resultado se verifica las formas de representaciones del Gobierno Wilson a lo largo de diversos reportajes, bien como los motivos que influenciaron el periódico en la construcción de un visión positiva del gobierno.

**PALABRAS-LLAVE:** Periódico *Gazeta del Cariri*, Representación, Wilson Braga.



## SUMÁRIO

<b>1 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	15
1.1 Nos Caminhos de uma Nova História Política.....	15
1.2 Roger Chartier e o Estudo das Representações.....	17
1.3 Relação História e Memória.....	18
1.4 O Jornal Enquanto Fonte Histórica.....	20
1.5 O Mundo Imagético em sua Historicidade.....	22
<b>2 ENTRE O “VELHO E O NOVO”: A POLÍTICA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 80</b> .....	26
2.1 Falando de Modernidade.....	26
2.2 O Desgaste dos Militares.....	29
2.3 A Política Paraibana na Década de 80.....	32
2.4 Do Populismo ao Neopopulismo.....	34
2.5 “Braguismo”: O Neopopulismo na Política Paraibana.....	35
<b>3. O GOVERNO WILSON BRAGA REPRESENTADO NO JORNAL GAZETA DO CARIRI</b> .....	41
3.1 Nas Asas da Gazeta.....	41
3.2 Nas Trilhas de Um Fundador.....	43
3.3 Wilson Braga: um Novo “Pai dos Pobres”?.....	46
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	61
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	63

## INTRODUÇÃO

A década de 1980 no Brasil é vista como um período de importantes mudanças e de ordenamentos no quadro político vigente<sup>1</sup>. Basta pensar, por exemplo, a retomada das manifestações com a participação popular que buscava a redemocratização.

Nesse contexto, o país passava por um “processo de abertura política”, quando o domínio centralizador da ditadura estava se encerrando e abria espaço à realização de eleições pluripartidárias. É importante ressaltar que esse pluripartidarismo se fazia presente mais na teoria do que na prática, como demonstra Cittadino (1999, p. 128) ao falar sobre o domínio do PDS e PMDB na Paraíba mesmo com as mudanças na legislação política.

Com a retomada desses movimentos verificou-se, ao mesmo tempo, o incentivo às campanhas para eleições diretas em todos os cargos eletivos. A luta por esse objetivo e, posteriormente, o seu alcance, possibilitou uma maior participação, em alguns Estados e municípios, de grupos<sup>2</sup> que se diziam ter o interesse de desenvolver políticas públicas para atender as necessidades da maioria da população. Dentre esses grupos é possível citar: as organizações sindicais, associações científicas, comunitárias e etc.

Do ponto de vista cronológico, ocorre em 1982 a escolha direta para governador. Em 1986, seguiram-se pleitos que definiram a composição da Assembléia Constituinte. Em 1988, os pleitos que renovaram as câmaras de vereadores do país, e em 1989 a escolha direta para presidente.

Com todas essas reformas políticas que representavam a “retomada da democracia”, observam-se, também, os “casuísmos”, alterações das regras pela ditadura visando beneficiar o partido do regime (PDS<sup>3</sup>). Segundo Barreto (2007, p.02), “os resultados o tornaram mais parecido com o cenário existente antes da reforma de 1979 do que com o pluripartidarismo formalmente existente.”

---

<sup>1</sup> Dentre os autores que tratam desse período podemos citar Mello (1993); Gomes (1998); Brun (1999); Cittadino (1999) e Duarte (2010)

<sup>2</sup> No caso da Paraíba podemos citar a FUNSAT (Fundação Social do Trabalho) que tinha como principal nome a Assistente Social Lúcia Braga, esposa do então governador Wilson Braga. Essa fundação afirmava lutar pela humanização de áreas periféricas, melhoria de ocupação e renda e desenvolvimento comunitário.

<sup>3</sup> Com a Lei Orgânica dos Partidos em 1979, o ARENA foi substituído pelo Partido Democrático social (PDS) e o MDB, agregou a palavra partido, transformando-se em PMDB.

Na Paraíba, o período de 1980 marca um momento em que a política paraibana recebe um novo concorrente ao Governo do Estado<sup>4</sup>. Quando então Wilson Braga Leite deixa a carreira política em Brasília e vem disputar as eleições nesse Estado.

Nesse sentido, as eleições de 1982 na Paraíba se concentraram na disputa política entre dois grupos tradicionais e locais. Pelo PDS, lançou-se candidato ao Governo do Estado Wilson Braga, enquanto que Antonio Mariz candidatou-se pelo PMDB. Nesta, constatou-se não só a vitória de Wilson<sup>5</sup>, mas também sua influência em pequenos municípios e periferias. “Fácil torna-se, nessa perspectiva, inferir a contemplação da base de massas do populismo braguista, representada pelas populações rurais dos pequenos municípios” (MELLO, 1993 p. 219).

O comportamento político “braguista” foi marcado pelo rompimento com o ex-governador Tarcísio Burity, seu aliado na campanha para Governo do Estado. Já o comportamento administrativo é conhecido, como foi possível perceber na citação de Mello, como “populismo braguista”, uma vez que Wilson Braga chega a ser caracterizado como um dos representantes da política denominada neopopulismo.

O governo Braga se dizia ser portador de uma administração voltada para o social, como bem era enfatizado no slogan da gestão: “O social como prioridade”. Dessa forma, foram criados alguns programas que destacavam e afirmavam o marketing social desse governo: Projeto Canaã, que promovia a construção de açudes pela Secretaria de Recursos Hídricos, Programas de Titulação (redistribuição de terras ativado pela FUNDAP e as ações da Fundação Social para o Trabalho, FUNSAT, que, sob a liderança da “primeira dama” do Estado Lúcia Braga, afirmava melhorar a qualidade de vida das populações de baixa renda).

Embora se perceba claramente a dedicação desse governo em passar a imagem de uma administração preocupada com os mais carentes, através de diversas formas como os meios de comunicação, muitas foram às críticas dirigidas a essa gestão. Dentre essas, a descontrolada expansão da burocracia com superposição de órgãos como FUNSAT; controle clientelístico da máquina estatal; fortalecimento de empreiteiras beneficiadas com vultuosos contratos de obras

---

<sup>4</sup>Segundo Mello (1993, p. 216), o governador da Paraíba Tarcísio Burity não aceitava a candidatura de Wilson Braga e buscava apoiar o ex-governador João Agripino.

<sup>5</sup>Wilson Braga obteve 509.855 votos, 58,48% dos votos. Antonio Mariz obteve 358.146 votos, 41,08% dos votos. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Wilson\\_Braga](http://pt.wikipedia.org/wiki/Wilson_Braga). Acesso em 17 de julho de 2011, as 15:00 hrs.

públicas, mediante comissões arrecadadas por agentes do poder público e; execução de obras de duvidoso retorno<sup>6</sup>.

As referidas críticas, na maioria das vezes, acabavam por ser silenciadas. Isto porque, um dos pontos de destaque do governo Wilson era a utilização de meios de comunicação a fim de dar legitimidade a sua administração, prática bastante comum nas lideranças políticas, como o próprio Getúlio Vargas que criou no Brasil durante sua administração o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

Dentre os periódicos que estiveram a serviço do governo Braga, é possível citar o jornal *Gazeta do Cariri*, fundado em 1983, por Leomarques Francisco da Silva<sup>7</sup>, e com circulação em várias cidades do cariri paraibano, mas tendo como sede o município de Juazeirinho-PB, o jornal apresenta uma diversidade de assuntos, sendo, porém, um dos principais temas a situação política a nível nacional, regional e local.

Nesse sentido, é característica desse jornal tecer elogios aos prefeitos de algumas cidades de sua circulação. Mas, de forma mais contundente, verifica-se as reportagens sobre o Governo do Estado. Este que é apresentado sempre sob um olhar de aprovação; “aquele que fala e que cumpre as promessas de campanha”.

Diante dessas informações elencadas, o referido trabalho tem como objetivo analisar a representação política do governo Wilson Braga através do jornal *Gazeta do Cariri* (1982 - 1985). Como objetivos específicos, busca-se: destacar o contexto de fundação do jornal; investigar a relação existente entre o seu fundador e o governo Wilson Braga e analisar o perfil desse governo que vai sendo construído ao longo de diversas reportagens. Seguindo esse caminho, será possível compreender a principal indagação do presente trabalho: que motivos estiveram influenciando o referido jornal na divulgação de mensagens que exaltam a administração do então governador?

Do ponto de vista metodológico, procurou-se, de início, utilizar fontes de natureza bibliográficas, pesquisando um material que aborde a política no período de 1980 no Brasil, de forma geral e, na Paraíba, de forma mais específica. Assim, o uso de obras avulsas de escritoras/es como Gomes(1998) e Brun (1999) que tratam da década de 1980 no Brasil, bem como de outros autores, como Mello (1993) e

---

<sup>6</sup>Ver Mello (1993, p. 221).

<sup>7</sup> Leomarques Francisco da Silva, formado em Economia pela Universidade Federal da Paraíba, Campus II, Campina Grande – PB, foi um Líder comunitário e político na cidade de Juazeirinho – PB, durante a década de 1970.

Cittadino (1999), que escreveram sobre esse mesmo momento na Paraíba, foram elementos indispensáveis.

Baseando-se em um estudo que tem o jornal como fonte, pesquisou-se em acervos pessoais, hoje presentes em mãos de familiares e amigos do fundador do jornal *Gazeta do Cariri*, alguns documentos como: as nove edições do referido jornal, listas de patrocinadores, diárias, cartas, fotografias, entre outros.

Quanto ao método, foi pertinente utilizar o método de análise de fontes impressas, proposto pela historiadora Luca (2005), uma vez que a autora oferece um caminho para realização de um trabalho específico de análise com esse tipo de fonte apresentando alguns critérios que devem ser observados como:

Perceber a forma como os impressos chegaram às mãos dos leitores; observar sua aparência física (formato, tipo de papel, qualidade da impressão, capa, presença/ausência de ilustrações); relações e divisão do conteúdo; relações que manteve (ou não) com o mercado; a publicidade, o público que visa atingir; localizar a fonte numa série, ou seja, o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na História da Imprensa (LUCA, 2005, p. 139).

Em relação à técnica ou procedimento, fez-se uso de transcrições e digitalização das principais informações presentes nos jornais e outras documentações. Também elaborou-se fichamentos e resumos dos textos selecionados que estarão sendo utilizados no trabalho de pesquisa ora apresentado.

Como fundamentação teórica, o referente trabalho está embasado no conceito de representação de Chartier (1990), observando a pertinência de discorrer sobre esse conceito para melhor percepção sobre o objeto de pesquisa analisado. Assim, o presente estudo também leva em consideração as contribuições da chamada História Política<sup>8</sup> que, como demonstra Pesavento (2005, p. 75), passa por uma “verdadeira” releitura a partir do momento em que os historiadores sofrem as influências da Nova História Cultural.

Nesse sentido, o trabalho foi dividido em três momentos: No primeiro, apresenta-se o referencial teórico discorrendo sobre as atuais discussões em torno do campo da Nova História Política ressaltando, ainda, as principais percepções

---

<sup>8</sup>Hoje se fala em uma Nova História Política ressaltando as influências que esse campo sofreu com os pressupostos epistemológicos da Nova História Cultural. Esse novo termo também é uma forma de demonstrar as diferenças existentes entre a História Política do século XIX e a História Política que passou a ganhar espaço no século XX e que vigora atualmente na concepção de vários historiadores.

sobre o conceito de representação a partir da ótica de Roger Chartier, a relação existente entre a história e a memória e a utilização do jornal e da imagem enquanto fontes históricas.

No segundo, procurou-se entender os principais acontecimentos políticos que marcaram o Brasil e a Paraíba na década de 1980. Dessa forma, apresenta-se o debate em torno dos conceitos de modernidade e populismo a partir do período final de domínio militar no Brasil. No caso da Paraíba, destaca-se o período denominado por alguns autores como neopopulismo, enfatizando o perfil e características da política “braguista”.

No terceiro momento, destaca-se o jornal *Gazeta do Carriri* enfatizado, de forma geral, suas características principais, fazendo também uma discussão sobre o seu fundador. Ainda nesse momento, finaliza-se com um debate sobre a construção do perfil político do Governo Wilson Braga através de algumas matérias veiculadas no jornal.

# **CAPÍTULO I**

# 1 REFERENCIAL TEÓRICO

## 1.1 Nos caminhos de uma Nova História Política

Tratando de um tema que trabalha com a questão das representações políticas, percebe-se, nitidamente, a sua aproximação com o campo da chamada “Nova História Política”. Isto porque, com as mudanças historiográficas que veio ocorrendo e se consolidando, sobretudo, a partir da década de 1980, pode-se observar uma renovação na compreensão e estudo da política.

Como nos mostra Barros (2004, p. 106) é preciso levar em consideração que a História Política abre eventualmente campos antagônicos dentro de si. Assim, ocorre um contraste entre a “Velha História Política e a “Nova História Política. Ainda de acordo com Barros (idem, p.107), enquanto a História Política do século XIX apresentava uma preocupação com os “Grandes Estados”, a “Nova História Política” se dirigia para outras formas de estudar o poder (micropoderes, uso político dos sistemas representações, etc).

Outra questão que vem diferenciar essas duas modalidades teóricas está na forma como entendem o indivíduo enquanto objeto de estudo, uma vez que a Nova História Política, diferentemente da primeira, não visa exaltar as chamadas “grandes figuras políticas”, antes entendidas como condutoras da História.

Essa releitura pela qual sofreu o estudo da política deve-se, principalmente, pela sua aproximação com o campo da História Cultural. Dessa forma, através da leitura de autores como o mencionado Barros, a historiadora Sandra Pesavento e do Professor Rafael Segal<sup>9</sup>, é possível entender a atual relação entre História Política e História Cultural.

O campo das representações políticas, dos símbolos, dos mitos políticos, do teatro do poder, ou do discurso, enfim. Em muitos desses âmbitos, são evidentes as interfaces da História Política com outros campos historiográficos, como a História Cultural, a História Econômica, ou, sobretudo, a História Social (BARROS, 2004, p.109).

A citação acima referida vem demonstrar como a História Política, atualmente, utiliza pressupostos epistemológicos provenientes de outros campos, como a Nova

---

<sup>9</sup> Rafael Segal é professor do CEFET/ unidade Pato Branco.



História Cultural. Tratando desse tema, a historiadora Sandra Pesavento fala de uma verdadeira releitura do político pelo cultural:

Às vezes chamada de Nova História Política, essa postura resulta do endosso, pelos historiadores do político, dos pressupostos epistemológicos que presidem a análise da História Cultural. Imaginário, representação, a produção e a recepção do discurso historiográfico reformularam a compreensão do político (PESAVENTO, 2005, p. 75).

Rafael Segal, em seu artigo História e Política, também vem discorrer sobre a relação política e cultura, apontando como as questões culturais oferecem uma renovação teórico-metodológica para o campo da História Política.

Por isso também é colocado em relevo a corrente conhecida como Nova História política. Esse ramo da historiografia contemporânea é um movimento relativamente recente, sendo fruto direto das mudanças na maneira de escrever a História, decorrente da *École des Annales* e da *Nouvelle Histoire*. Essa corrente possui uma natureza etnográfica fortemente influenciada pelo estudo do universo simbólico, procurando, ao estudar o poder, resgatar a ação política humana no tempo e os sentimentos, emoções, formas de pensar ou idiossincrasias dos agentes não mais cair nas armadilhas ingênuas da História Política Tradicional (SEGA, 1999, p. 07).

É preciso, ainda, mencionar, a partir de Pesavento (1999, p.75), como o campo do político tem aparecido como um dos principais para o estudo das representações. Isso é claro, com as contribuições da História Cultural que oferecem novos aportes ao político, sugerindo novas questões e novos objetos.

Nessa perspectiva é possível observar essa contribuição através do estudo dos meios de comunicação, por exemplo, onde os historiadores, podem retornar a esse tipo de fonte apresentando agora outros olhares e desenvolvendo novos questionamentos, como defende Pesavento:

A História Cultural visa atingir as representações, individuais e coletivas, que os homens constroem sobre o mundo, a História Cultural do Político difundiu-se, tendo como uma de suas representações centrais a definição de uma cultura política. Está correspondendo ao conjunto das representações que nutrem um grupo no plano político (PESAVENTO, 2005, p. 76).

Pode-se compreender que o estudo das representações no campo da História Cultural do político, visa definir os principais aspectos presentes numa cultura

política, ou seja, os tipos de representações pelas quais determinados grupos políticos se utilizam para legitimarem o poder, favorecendo, assim, os seus interesses.

## 1.2 Roger Chartier e o estudo das representações

Atualmente, percebe-se uma considerável lista de teóricos que discorrem sobre o conceito de representações<sup>10</sup>. Porém, considera-se, para este trabalho, mais viável o conceito de representações de Roger Chartier, isto porque observa-se sua proximidade com a referente perspectiva de trabalho, o que fica mais do que evidente ao se reportar às credenciais desse autor.

Chartier, ao longo de sua trajetória intelectual, abrange várias linhas de pesquisa entre as quais está a análise e o debate entre política, cultura e cultura popular, sendo, também, professor em História das práticas culturais e um dos historiadores mais conhecidos, com obras publicadas em todo o mundo.

De acordo com Amaral e Faria (2007, p. 02), o referido autor se destaca dentro da tendência hegemônica da historiografia atual que propõe uma nova forma de interrogar a realidade. Toma como base temas do domínio da cultura e salienta o papel das representações. Nesse sentido, e ainda de acordo com as referidas autoras (idem, p.03), verifica-se como Chartier vem oferecer contribuições significativas para essa linha de estudos conhecida como História Cultural.

O trabalho de Roger Chartier cria condições para que se estabeleça uma nova postura no estudo da História Cultural diante dos métodos, das fontes, e dos temas estudados, buscando, da mesma maneira, nos diversos ramos especializados da História um diálogo mais fértil com a antropologia, a sociologia, a filosofia e a teoria literária (AMARAL e FARIA, 2007, p. 03).

Para Chartier a importância de se trabalhar o conceito de representações, dentro da História Cultural, se dá em função da possibilidade de identificar como em determinados lugares e momentos uma realidade social é “construída, pensada, dada a ler”. “Nesse sentido, as representações podem ser entendidas como: esquemas intelectuais, que criam as figuras graças às quais o presente pode

---

<sup>10</sup>A título de exemplo é possível citar Pesavento (1995, p. 117), que fala da literatura enquanto representação e o historiador italiano Ginzburg (2001, p. 85), que trata da ambiguidade desse conceito.

adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Outra definição, que traz uma visão mais ampla desse conceito, se encontra no trabalho do professor José Luciano Aires, quando cita:

Configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diversos grupos, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significa simbolicamente um estatuto e uma posição (CHARTIER *apud* AIRES, 2008, p. 45).

Aires entende que as representações, vistas segundo a perspectiva de Chartier, se caracterizam através de aspectos contraditórios, percebidos como produtos de conflitos e embates, projetados no imaginário social. Nesse sentido, pode-se compreender que o estudo das representações nos oferece um novo olhar, como diria Pesavento, sobre os diversos meios de informações que constantemente temos contato. Observando que as fontes utilizadas em nossos trabalhos foram produzidas por um determinado grupo social estando carregadas de intencionalidades.

Questionando a idéia de fonte como mero instrumento de mediação e testemunho de uma realidade, e considerando as representações como realidade de múltiplos sentidos, mesmo porque as representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. (AMARAL e FARIA, 2007, p. 03-04).

### **1.3 Relação História e Memória**

Tratando de um tema que aborda a construção de uma visão social, leia-se representação, sobre um determinado grupo político, observa-se a pertinência de discorrer em relação à questão da memória em meio às principais discussões teóricas da atualidade.

De início é preciso mencionar a dificuldade que se apresenta quando busca-se uma definição mais aproximada para esse termo. Isto porque, ao verificar o dicionário, já se percebe de forma evidente o caráter polissêmico da memória: “Memória Sf.1 Faculdade de reter as idéias, impressões e conhecimentos

adquiridos. 2. Lembrança, reminiscência. 3. Dissertação sobre assunto científico, literário ou artístico” (BUENO, 2001, p. 423).

A partir dos dicionários encontram-se algumas definições de memória que propõem entendê-la como um processo meramente parcial e limitado de lembrar acontecimentos passados. Muito embora, atualmente, essa visão esteja sendo contestada, por se entender que a memória trata da construção de referenciais sobre o passado e o presente em diferentes grupos sociais, ancorados nas tradições e intimamente associados a mudanças culturais.

O termo memória, como se percebe, pode ser conceituado de diferentes formas de acordo com as diversas áreas do conhecimento, como demonstra Souza (2007, p. 13), aparecendo no conhecimento histórico a partir de dois sentidos: em primeiro lugar, refere-se a um processo que ocorre no nível da mentalidade humana, sendo um processo oral; em segundo lugar, trata da cultura material gerada pelas sociedades ao longo do tempo, ou seja, toda produção material humana (edificações monumentais, obras de arte, utensílios, entre outros. No trabalho de Raimundo Nonato Moreira<sup>11</sup>, destacam-se esses dois sentidos atribuídos a memória, principalmente, quando o autor, a partir da leitura que faz de Henry Rousso, afirma:

A memória é uma construção psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, que nunca é somente aquela do indivíduo, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional (MOREIRA, 2005, p. 01).

Falar de questões referentes à memória, é lembrar também de sua relação com a História. Entender que as transformações ocorridas nas últimas três décadas do século XX, na forma de se pensar e escrever a História provocou conseqüentemente, mudanças significativas na sua relação com a ideia de memória.

De acordo com Burke (*apud* MOREIRA, 2005, p. 02) a visão tradicional das relações entre a história e a memória se apresentava sob uma forma relativamente simples: aos historiadores caberia a função de guardião da memória dos acontecimentos públicos, quando escritos para proveitos dos autores, para lhes proporcionar fama, e também em proveito da posteridade, para aprender com o exemplo deles.

---

<sup>11</sup>Doutorado pela Universidade de Campinas (UNICAMP), professor do Curso de Licenciatura em História das Faculdades Jorge Amado e da Universidade Estadual da Bahia (UNEB).

Porém, na contemporaneidade, essa visão deu lugar à compreensão da história e memória sob uma perspectiva bastante complexa. A escrita sobre o passado passou a ser vista não mais como algo inocente ou objetiva, considera-se agora o processo que Burke chama de “seleção, interpretação e distorção”. “Nos dois casos passam a ver o processo de seleção, interpretação e distorção como condicionado, ou pelo menos influenciado, por grupos sociais. Não é obra de indivíduos isolados” (BURKE, 2000, p. 69-70).

Pode ser citado também a importância da memória para os estudos históricos, pois ainda conforme Burke (2000, p. 72), a memória se faz importante tanto como fonte histórica quanto como fenômeno histórico. No primeiro caso, levando em consideração o estudo da memória como fonte com a análise dos documentos históricos. No segundo caso, observando a memória individual ou coletiva como seletivas e de acordo com cada grupo social.

#### **1.4 O jornal enquanto fonte histórica**

Para compreender a noção do jornal enquanto fonte de estudo para a História é preciso mencionar as mudanças no pensamento historiográfico que permitiram a utilização desse documento nos trabalhos históricos, contribuindo significativamente para o grande número de estudos que fazem uso desse suporte, agora entendido como fonte histórica.

De acordo com Luca (2005, p.111), na década de 1970, poucos eram os trabalhos que utilizavam jornais e revistas para o estudo da história do Brasil. O que se explica a partir do pensamento difundido ao longo do século XIX e início do XX, que acreditavam no ideal de verdade e julgava impossível obtê-la através do texto jornalístico.

Considerando os metódicos do século XIX que a verdade estava nos documentos escritos e oficiais, ao historiador era atribuída a função de construir um texto narrativo, apresentando, como conteúdo, os feitos dos “grandes homens”, elaborados a partir da crítica documental que separa os documentos “falsos dos verdadeiros”. Baseando-se nas concepções dessa escola historiográfica, documentos como os jornalísticos foram praticamente excluídos.

Ainda de acordo com Luca (2005, p. 112), outras justificativas foram utilizadas, nesse momento, para o não reconhecimento do jornal como fonte:

O historiador [...] deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. [...] Os jornais pareciam pouco adequados para recuperação do passado, uma vez que essas 'enciclopédias do cotidiano' continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões.

É com as concepções historiográficas da chamada Escola dos Annales, principalmente a partir da terceira geração, que os estudos baseados em jornais passaram a ter credibilidade. Como demonstra Aires (2008, p.49), é precisosalientar, porém, que as duas primeiras gerações dos Annales continuaram utilizando o documento escrito e oficial como principal fonte. Seriam nos anos 60 que as imagens visuais e outras linguagens passaram a ser levadas mais em consideração pelos historiadores.

Tratando da “História Nova e Além”, Luca fala sobre esse alargamento no campo de preocupação do historiador apontando a questão da interdisciplinaridade e, conseqüentemente, a renovação temática pela qual sofreu o trabalho desse profissional:

A face mais evidente do processo de alargamento do campo de preocupação dos historiadores foi a renovação temática, imediatamente perceptível pelo título das pesquisas, que incluíam o inconsciente, o mito, as mentalidades, as práticas culinárias, o corpo, as festas, os filmes, os jovens e as crianças, as mulheres, aspectos do cotidiano, enfim uma miríade de questões ausentes do território da História (LUCA, 2005, p. 113).

Ainda na década de 1970, o jornal assume o status de objeto de estudo. Deve-se salientar, é claro, que embora permanecesse certa aversão ao jornal, visto, segundo Carvalho (2007, p. 18), como tendencioso e imparcial, vários intelectuais já os utilizavam em suas pesquisas.

Se o pioneirismo incontestado cabia a Gilberto Freyre, que por meio dos anúncios de jornais estudou diferentes aspectos da sociedade brasileira do século XIX, a produção de vários pesquisadores, formados segundo padrões de excelência acadêmica e que ocupavam lugar de destaque no meio universitário – caso de Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso, Stanley j. Stein, Nícia Vilela Luz e Leôncio Martins Rodrigues (LUCA, 2005, p. 117).

Foi com esse alargamento na noção de fonte histórica, que se considera hoje não só os documentos escritos e oficiais, mas toda produção humana, o que tornou possível uma expansão no uso dos jornais enquanto fonte para o estudo da História. Sendo necessário, portanto, anos de amadurecimento historiográfico para que se chegasse aos conceitos elaborados pela Nova História Cultural, permitindo, assim, a realização de estudos dessa natureza.

### **1.5 O mundo imagético em sua historicidade**

Pensar a imagem a partir de um ponto de vista histórico é com certeza, ou de fato, compreender que sua relação com a humanidade se faz desde os primórdios. Quando o homem “primitivo” procurava registrar o seu modo de vida para seus contemporâneos – através do relato de uma caçada, indicação da existência de animais selvagens em determinadas áreas – ele o fazia utilizando-se de imagens.

Portanto, se atualmente as crianças transmitem suas primeiras impressões do mundo através de desenhos, deve-se perceber que essa prática de usar as imagens como função comunicativa já estava presente desde o início da humanidade, como nos mostra Barbosa tratando dessa questão, quando afirma: “Ainda que de maneira intuitiva, tanto o homem das cavernas como a criança de hoje parecem ter compreendido que, como diz a sabedoria popular, uma imagem fala mais do que mil palavras” (2004, p. 8).

Foi com o advento do alfabeto fonético que a imagem passou a ocupar menor importância como elemento de comunicação. Mas, é preciso citar que o acesso a palavra escrita se deu paulatinamente, atingindo, de início, os “grupos privilegiados”, o que garantiu à permanência da “imagem gráfica” como essencial a comunicação ao longo da humanidade.

De forma cronológica, passando o olhar sobre alguns períodos da história, é possível compreender o tratamento e o sentido atribuído a imagem ao longo dos séculos. Verificando, nesse sentido, as diferentes percepções sobre o mundo imagético que se dão de acordo com cada momento histórico e que está diretamente relacionado às características de cada sociedade, uma vez que se configura como uma questão cultural.



No que concerne a antiguidade e idade média européia, segundo demonstra Aires (2008, p. 43-44), havia a predominância de pelo menos três características na utilização das imagens: afetividade, pedagogia e política. Estes aspectos, evidentemente, não ficaram relegados ao passado, uma vez que ainda hoje são maciçamente explorados quando se recorre ao mundo imagético. Tratando da autoridade e uso da imagem, Meneses afirma que:

Autoridade independente do conhecimento, mas derivado do poder que atribuía efeito demiurgo ao próprio objeto visual. Daí ser ele relevante em contextos religiosos ou de poder político e com funções pedagógicas e edificantes. Daí também a importância dos múltiplos episódios iconoclastas [...], ou dos usos ideológicos, propagandísticos e identitários da imagem (nos impérios, seja no Egito, Mesopotâmia ou Roma, seja na cristandade) (MENESES *apud* AIRES, 2008, p. 44).

Com o advento da modernidade, no movimento que se convencionou denominar de Renascimento, observa-se a continuidade em relação ao caráter afetivo e ideológico. É importante ressaltar que nesse momento se destaca as chamadas “guerras de imagens” e os conflitos de representação do “eu” e do “outro”. Assim, destaca-se como uma das características desses movimentos uma ampla difusão de determinadas imagens que passam uma visão preconceituosa, principalmente articulada pelo mundo europeu, em relação a outras culturas.

Baseando-se em autores como Aires (2008, p. 45), especificamente na sua descrição em relação a Menezes, verifica-se que é com os historiadores da arte, no século XIX, que ocorre um trabalho mais sistemático com as imagens. Estes profissionais, por sua vez, além de destacarem o valor cognitivo, são vistos como os responsáveis pela garantia de estatuto documental ao referido suporte.

No contexto do século XX, como uma de suas particularidades, ocorre a difusão das imagens tecnológicas. Estas, que são bastante importantes para a pesquisa historiográfica, marcam um momento em que as imagens, de maneira geral, passam a ser utilizadas por outros campos do saber e não mais apenas prioritárias ao campo da História da Arte. Com isso, como demonstra Bittencourt (2004, p. 361), especialistas da História Cultural e da História Social vão se interessar por esse tipo de discussão.

Quando se fala de imagens tecnológicas geralmente se refere a todo esse aparato de tecnologias que atualmente tem sido transformado em recurso didático. Entre essas imagens são exemplos o cinema, a fotografia e a televisão, meios de



comunicação que têm sido alvo de pesquisa por parte de inúmeras escolas historiográficas, como a Escola de Frankfurt.

Embora discorrendo sobre as imagens de maneira contextual, é necessário citar que todas essas mudanças, que culminaram com a utilização e compreensão delas como fonte histórica e importante objeto de estudo, só foram possíveis através de algumas transformações de ordem teórico-metodológica. Enquanto a escola metódica “dita positivista” entendia as imagens como apenas uma forma de confirmar a “veracidade” que já estava presente nos documentos escritos e oficiais, a chamada Nova História Cultural visualiza-a como uma importante fonte de estudo, uma forma de representação do mundo.

Com as contribuições da Nova História Cultural foi possível oferecer um tratamento metodológico em se tratando da leitura de documentos como as imagens. Nesse sentido, é relevante citar o chamado método da contextualização que se baseia na crítica interna e externa a fonte:

Na primeira fazem-se questionamentos ao tempo da produção do texto, tais como: quem produziu tal documento? Qual o lugar social do seu produtor? A quem é dirigida a mensagem? Com que tipo de dados sustenta sua argumentação? O que se pretende com essa ou aquela afirmação? Em que contexto produziu o documento? Na segunda parte a crítica interna, procura-se interpretar a mensagem, decodificar, ler os signos que compõem determinado documento imagético (AIRES, 2008, p. 51).

## **CAPÍTULO II**

## 2 ENTRE O “VELHO E O NOVO”: A POLÍTICA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 80

Abordar a década de 1980 no Brasil é com certeza se reportar a inúmeras questões: abertura política, anistia, reestruturação do quadro político partidário, participação efetiva de diversos setores da sociedade, como os movimentos sindicais e estudantis. Com isso, diante de uma explosão de diversos acontecimentos, verifica-se a complicada tarefa de trazer uma descrição coerente com esse período.

Na sempre apontada relações entre movimentos político-sociais formulações intelectuais e “apropriação” de idéias pela sociedade, as duas ultimas décadas foram de grandes transformações. O Brasil emergia de vinte anos de um regime militar que praticamente identificou a figura do presidente a uma patente de general. O poder público crescendo, mas a política sempre longe do jogo de soma zero, vendo ‘os negócios privados crescerem’ e muito. Também o imaginário político, pleno de ambigüidades, compartilhando idéias e crenças contrapostas: um tempo de violência desmedida/ um tempo de ordem social; um tempo de austeridade e modernização econômica/um tempo de corrupção, impunidade e “atraso” político-social (GOMES, 1998, p. 551).

Fazendo uma relação entre política brasileira e modernidade, Ângela de Castro Gomes, apresenta uma leitura sobre a década de 80 no Brasil, descrevendo um período de grandes transformações, apresentando esse momento como propício para “desconstruir certos mitos políticos” e de “aprender com outros”, eapontando, para uma relação de contrariedade, onde a violência se confunde com a ordem social e a modernidade e austeridade convive com a corrupção, impunidade e ‘atraso social’.

É esse olhar, até certo ponto contraposto, contraditório, mencionado pela citada autora, um caminho possível para se trilhar na presente análise, principalmente quando se busca compreender as interrelações entre o “velho e o novo” no contexto da década de 1980 no Brasil.

### 2.1 Falando de Modernidade

Pensar a ideia de um debate que contemple a discussão entre dois modelos políticos (o “velho e o novo”) é, conseqüentemente, se deparar com o conceito de

modernidade. Haja vista, que a sua própria formulação começou a nascer através do embate entre “antigos e modernos” em fins do século XVII.

Nesse momento, os modernos saíram “vitoriosos”, abrindo caminho para o desenvolvimento pleno do conceito de modernidade. Portanto, é na visão de pensadores como Montaigne, Francis Bacon e Descartes que se iniciam as primeiras ideias de modernidade.

Característica presente nesses pensadores renascentistas, como Bacon, era a ideia de um progresso finito, como é possível verificar na citação a seguir:

Se no debate entre “antigos” e “modernos” eles conseguiram provar que: os antigos são na verdade os modernos estavam também anunciando que “o mundo moderno de modo algum havia escapado dos ciclos do crescimento, corrupção e declínio que haviam sido o declínio de todas as civilizações do passado (KUMAR, 1997, p. 89).

Perceber a modernidade a partir de uma linearidade era uma questão lógica para a mentalidade do momento. Embora estivessem no alvorecer de novos paradigmas, as ideias clássicas e cristãs de tempo e história ainda dominavam a mente ocidental até a segunda metade do século XVIII.

É justamente nesse período que é possível entender a abertura de um novo caminho para um novo conceito de modernidade. A ideia de progresso passa a assumir um sentido “messiânico”, infinito, sendo a base para esse novo conceito de modernidade: “O milênio tornou-se científico e racional, o alvorecer de uma era de progresso, da forma concebida por Kant, Turgot, Condorcet e outros no século XVIII, foi à base da nova ideia de modernidade” (KOSELLECK *apud* KUMAR, 1997, p. 91).

A ideia de modernidade, mais uma vez, fazia oposição ao passado, destacando, nesse momento, um rompimento ainda mais significativo, pois buscava apagar todos os elos de representação do passado.

A modernidade significava rompimento completo com o passado um novo começo baseado em princípios radicalmente novos. E significava também um tempo para progressos sem precedentes na evolução da humanidade (KUMAR, 1997, p. 91).

É com a Revolução Francesa que se verifica o nascimento da modernidade. Nela, o próprio conceito de revolução sofre transformações, aproximando-se da ideia de surgimento de algo novo, novidade. A própria modernidade passa a ser

entendida como “continuação ininterrupta de novas coisas”, uma “revolução permanente de ideias e instituições”

Não percamos de vista que nossa visão atual de modernidade se vincula, de fato, a visão de mundo construída pelo iluminismo do século XVIII. Convém não nos esquecermos de que, para os iluministas, as transformações dos séculos XV e XVI, por mais importantes e significativas que tenham sido, constituíam apenas os primeiros clarões, ou sinais precursores, de tendências e mudanças cuja afirmação ainda demoraria quase dois séculos (FALCON e RODRIGUES, 2000, p. 24).

Nesse sentido, a modernidade enquanto consciência nasceu na “Idade da razão”, na Revolução Iluminista da segunda metade do século XVIII. Mas vale salientar ainda, de acordo com Kumar (1997, p. 93), a aproximação dela com a Revolução Industrial. Isso porque, pensar a modernidade na visão desse autor é perceber tanto uma questão de idéias e atitudes quanto de técnicas, o que faz com que esse conceito atue não só no âmbito político e intelectual, mas também no econômico.

A partir da leitura de autores como Falcon e Rodrigues (2000), percebem-se outras visões sobre o conceito de modernidade. Os referidos autores, falam da dificuldade de situarmos esse conceito, uma vez que ele foi deslocado historicamente para épocas bem posteriores ao século XVI, como ficou evidente na leitura de Kumar.

Falcon e Rodrigues entendem a noção de moderno a partir da ideia de que cada época se assume como moderna em relação às épocas anteriores. A ideia de modernidade, nesse sentido, não estaria presa a uma única sociedade, de modo que possa excluir outras desse direito.

Esses autores apresentam uma visão de modernidade que difere de um conceito que se fecha única e exclusivamente a visão construída pelos iluministas, uma vez que afirmam o caráter moderno de sociedades anteriores:

Por mais que se tenha escrito sobre o caráter moderno da Idade Moderna, não podemos esquecer que também os nominalistas medievais propuseram uma via moderna em oposição a tradicional via antiga, nem tampouco que os humanistas se consideravam modernos, tal como, no século XVIII, se sentiam também os modernos em duelos com os antigos (FALCON e RODRIGUES, 2000, p. 23).

Observa-se, assim, uma noção de moderno e modernidade a partir da ideia de quebra com o tradicional em meio à tradicionalidade, seria, portanto, quando uma sociedade produz coisas novas em relação a ela própria e quando essa mesma sociedade começa a se opor em relação aos seus “antigos modelos”.

## 2.2 O Desgaste dos Militares

Com base na discussão, até o momento levantado, verifica-se a pertinência de se reportar, mais especificamente, ao período de transição de um regime militar, o que se menciona como o “velho”, a um regime “democrático”, denominado como o “novo”. Assim, procura-se apresentar alguns acontecimentos do referido momento, sempre atentando para o debate em torno da chamada modernidade.

Além de garantir êxitos econômicos, através da inserção do Brasil no “primeiro mundo”, o governo Figueiredo<sup>12</sup> assumiu a missão, em seis anos de mandato, de implantar o regime democrático no país.

Porém, esse governo foi marcado pelo forte declínio econômico, agravado ainda mais, através das inúmeras perdas sociais: aumento do desemprego, perdas salariais e corrosões inflacionárias. Aliados também a esses, outros fatores foram ainda decisivos para o fim, não só do governo Figueiredo, mas de um longo ciclo militar no Brasil.

A longa permanência do exército direto do poder político e as contradições da sua atuação; a sua numerosa presença em altos cargos da burocracia federal e nas empresas estatais: o envolvimento de altos oficiais em escândalos financeiros, que, com a retirada da censura, passaram a ser divulgados pela imprensa; a vinculação dos militares com a repressão e a tortura (BRUN, 1999, p. 392).

Com todos esses fatores que se colocavam contra o ciclo militar, era aconselhável agora, uma “verdadeira volta aos quartéis”. O próprio Figueiredo, que no início do seu mandato buscou implementar um Plano Nacional de Desenvolvimento, era visto como incapaz de efetivar tais projetos políticos.

---

<sup>12</sup>Com 365 votos João Batista Figueiredo, candidato do governo, conseguiu se eleger em 1978, ainda através da forma indireta, assumiu o poder de 1979 à 1984 (BRUN, 1999, p. 391).

Nesse sentido, em decorrência do processo de abertura política, em 28 de agosto de 1979, foi aprovada a Lei da Anistia. Esta, permitindo o retorno de todos os exilados que garantia maior liberdade política. Era um importante passo para o fim do regime autoritário no Brasil.

Ainda em 1979, outro fato característico desse momento foi a aprovação da Nova Lei Orgânica dos Partidos, entravam em extinção, os dois partidos oficiais (ARENA e MDB) e se instituía o pluripartidarismo no país.

A ARENA foi substituída pelo Partido Democrático Social (PDS), e o MDB agregou a palavra partido ao seu nome original, transformando-se no PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Além desses partidos, foram ainda criados o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), o PP (Partido Popular) e posteriormente, uma série de outras legendas (CITTADINO, 1999, p. 127).

A substituição de legendas deve ser entendida como mais uma prova do desgaste desse autoritarismo. Já o surgimento de inúmeras agremiações partidárias, expressa o aparecimento das diferenças ideológicas e pessoais, consequência da própria liberdade política que começava a se processar.

A participação do Movimento Sindical é outro ponto que marca profundamente os anos 80 no Brasil, principalmente quando entendemos, baseando-se mais uma vez em Gomes (1998, p.535), que:

Os trabalhadores, suas manifestações e organizações, passam a ser tratados como 'dotados de racionalidade', como atores que realizam escolhas políticas e reinterpretem discursos, deles utilizando em suas sempre renovadas lutas. Como os eleitores, os trabalhadores não se comportam de forma 'protocívica', não eram ingenuamente 'manipulados', mas, ao contrário, sabiam usar as brechas do sistema político.

A década de 80 é também o momento de novas discussões historiográficas, estas comprometidas, agora, como uma história que vê a participação popular de forma ativa, como atores que, segundo verificou-se na citação de Gomes, realizam "escolhas políticas", não são "ingenuamente manipulados" e são "dotados de racionalidade".

Assim, o Movimento Sindicalista dos anos 80, enquanto sujeitos de sua própria história, apresenta diferentes tendências. Foi possível perceber já na primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) esses diferentes posicionamentos: "uma tendência mais agressiva, com núcleo no ABCD, e outra

mais moderada, com núcleo no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo” (BRUN, 1999, p. 395).

Com os diversos setores da sociedade cada vez mais ocupando o seu espaço, a ideia de “política de distensão lenta, gradual e segura”, que nasceu desde 1974 com o governo Geisel, foi cedendo lugar para uma busca efetiva de reestruturação dos princípios da chamada democracia.

A campanha “Diretas-já”, que marcou profundamente o Brasil, é o indicativo da referida mudança, com amplas repercussões em todo o país, as “diretas” levaram milhares de pessoas aos principais centros urbanos, reivindicando a volta de eleições diretas para o cargo de presidente do Brasil.

A cor amarela era o símbolo da campanha. Depois de duas décadas intimidadas pela repressão, o movimento das Diretas já ressuscitou a esperança e a coragem da população. Além de poder eleger um representante, a eleição direta sinalizava mudanças também econômicas e sociais. Lideranças estudantis, como a UNE (União Nacional dos Estudantes), sindicatos como a CUT (Central Única dos Estudantes), intelectuais, artistas e religiosos reforçaram o coro pelas Diretas Já (DUARTE, 2010, p. 03).

Mesmo com toda essa participação popular, o que demonstra a importância dessa campanha, as eleições de 1985 acabaram se processando dentro do antigo quadro de votações indiretas.

Embora a eleição direta para presidente da República se convertesse numa quase unanimidade nacional, a Emenda Constitucional não obteve na câmara dos deputados (25 de abril de 1984) a maioria qualificada de dois terços de votos favoráveis à sua aprovação (BRUN, 1999, p. 396).

Sendo as eleições de 1985 uma aliança entre a oposição (PMDB) com as forças que estavam no comando do país (PDS), nos perguntamos realmente se esse momento deve ser visto como o estabelecimento de um novo modelo. Haja vista, todo o clima que foi criado, não só pela presença popular nas ruas, mas também pelos discursos políticos que se apropriavam das ideias de modernidade que foram discutidas até o presente momento.

Observando as palavras de Brun na seguinte citação encontra-se fortes razões para acreditar na ideia de permanência do “antigo modelo” até então



estabelecido no Brasil. Embora, é claro, isso se daria a partir de alguns aspectos diferentes, ou seja, o “velho assumiria novas roupagens”.

O novo sistema de poder incorporou o antigo no momento mesmo que se propunha a negá-lo. Nesse processo contraditório, o “novo absorveu o velho” e deixou-se absorver por ele, mudando mais as aparências do que a essência – apenas uma nova roupagem para velhos interesses. E essa integração limitou o grau das mudanças pretendidas (BRUN, 1999, p. 399).

Um dos acontecimentos que, de fato, corroboram com as afirmações do autor é justamente a ascensão presidencial de 1985. Com a morte de Tancredo Neves assumiu o poder o seu vice José Sarney um integrante, desde 1984, das forças políticas que ofereciam apoio ao regime militar, tendo ainda o seu currículo marcado como presidente da ARENA e do PDS.

### **2.3 A Política Paraibana na Década de 80**

Como herança do próprio desgaste da ordem militar no Brasil, verificou-se também os seus impactos na política paraibana. A partir da década de 1980, a Paraíba se via em meio a mudanças na legislação político-partidária que deveriam, de fato, promover transformações significativas. Mas, trazendo ainda o debate sobre o “velho e o novo”, agora no contexto da política paraibana, percebe-se, claramente, a década de 1980 como uma forma de manutenção de estratégias políticas que estiveram presentes ainda no antigo regime (leia-se ditadura militar).

Visualizando os anos 80, nessa perspectiva, observa-se um processo de democratização que se fazia presente mais na formalidade do que, propriamente, na prática. Basta pensar, por exemplo, as eleições de 1982, que muito embora já se caracterize pelo pluripartidarismo, permaneceu com um perfil bipartidário.

O velho mais uma vez assumia “novas roupagens”, mas deixava também os rastros de uma forma de se fazer política ainda bastante presente nos dias de hoje. Não era só o caráter bipartidário que se procurava ocultar em meio a um discurso de democratização, inúmeros outros mecanismos estiveram sendo utilizados para promover limites a esse processo.

Se as eleições de 1982, formalmente, implicavam um avanço ao processo de democratização então em curso no país, revestiram-se, na prática, por uma série de mecanismos garantidores de preservação da estrutura de poder vigente, impondo profundos limites ao processo de democratização. Além de vários artifícios jurídicos criados para dificultar o processo de organização, os chamados “casuísmos eleitorais” (permanência da lei falcão, o voto vinculado, etc), essas eleições foram marcadas, na Paraíba, pelo violento e abusivo uso da máquina estatal em apoio ao candidato e partido do governo (CITTADINO, 1999, p. 128).

Como foi possível perceber na referida citação, ao mesmo tempo em que se falava de uma legislação realmente democrática, que garantia a participação popular e o direito igualitário de concorrência aos cargos governamentais, se buscava, nessa mesma legislação, criar mecanismos que assegurassem a manutenção do candidato e partido do governo.

O voto vinculado e a Lei Falcão, mencionados por Cittadino, eram uma dessas estratégias de dificultar a presença dos chamados partidos pequenos nas Câmaras dos Deputados e Assembléias Legislativas. Na primeira, o eleitor tinha mais uma restrição quanto à liberdade de voto, uma vez que só poderia votar em candidatos de um único partido. Na segunda, os candidatos eram impedidos de ter livre acesso aos meios de comunicação, só permitindo a divulgação dos nomes, fotos e currículos, o que impedia a ocorrência de debates e denúncias.

A manutenção das práticas clientelísticas é outro aspecto dessa política desenvolvida nos anos 80. A fim de assegurar a vitória do candidato do governo, o partido promove uma “verdadeira” utilização da máquina estatal e do setor público como um todo, realizando, nas vésperas das eleições, obras e fazendo inúmeras nomeações.

Nos meses que antecederam ao pleito foram realizados pelo Governo do Estado inúmeras nomeações (cerca de 500 só no último dia). O controle exercido pelo executivo estadual sobre os municípios e suas lideranças foi ampliado e diversas repartições públicas transformavam-se em instrumento de captação de votos para o PDS, de tal forma que, ao final das eleições o Governo do Estado não podia pagar ao funcionalismo público e empresas como a CIDAGRO, a UNIÃO, CAGEPA e SAELPA encontravam-se falidas (MELLO *apud* CITTADINO 1999, p. 121).

De acordo com Mello (1995, p. 235), não era só a legislação utilizada para o pleito de 1982, que favorecia a manutenção do partido do governo (PDS). O autor amplia essa discussão apresentando também as transformações econômicas e

sociais que levaram ao surgimento de uma nova variante do populismo – o neopopulismo.

Para discorrer sobre o neopopulismo na política paraibana é necessário, inicialmente, discutir sobre o conceito de populismo buscando, desta feita, perceber as suas variações na política do então governador do Estado Wilson Braga Leite.

## 2.4 Do populismo ao neopopulismo

Pensar o populismo numa questão conceitual é entender a complexidade que inevitavelmente abrange esse tema. Além de ser compreendido de formas diversas – como noção, palavra, expressão, imagem, sentido – o próprio conceito é colocado, muitas vezes, dentro de outros como: trabalhismo, getulismo, quererismo, sindicalismo, pelequismo, autoritarismo, fascismo, totalitarismo, nacionalismo, etc.

Seguindo as orientações de Ângela de Castro Gomes (1998) em *A Política Brasileira em Busca da Modernidade*, verifica-se a necessidade de trabalharmos o conceito em sua historicidade observando, principalmente no que diz respeito ao contexto de Brasil, as suas variações no decorrer da história política brasileira.

De acordo com Gomes (1998, p.545), o populismo acabou sendo definido como produto de um longo processo de transformação da sociedade brasileira, instaurado a partir da Revolução de 1930 e que se manifestou, tanto como um estilo de governo, quanto como política de massas. Nesse sentido, entendê-lo como fenômeno presente já na “Era Vargas”, a partir dessa ideia de dualidade, não seria um equivoco, seguindo esse mesmo pensamento, Weforrt afirma que:

O populismo, como estilo de governo sempre sensível as pressões populares, ou como política de massas que busca conduzir manipulando suas aspirações, só pode ser compreendido no contexto de crise política e de desenvolvimento econômico que se abre com a Revolução de 1930 (WEFORRT, 1978, p. 74).

Portanto, é no contexto da chamada “Era Vargas”, no regime ditatorial de Getulio Vargas, que podemos encontrar traços dessa política populista. Nesse sentido, entendendo esse conceito como estando ancorado numa política

paternalista, mas ao mesmo tempo autoritária metamorfoseada na figura de um líder carismático.

Dessa forma, ainda de acordo com Gomes (1998, p.546), o populismo, enquanto política de governo e de “massa”, envolve três atores básicos: uma classe dirigente em crise de hegemonia; as classes populares pressionando por participação, porém fracos e desorganizados e um líder carismático que vai além de instituições e fronteiras sociais.

No decorrer da década de 1950 e 1960, com o retorno de Vargas e os governos de Juscelino Kubitscheck, Jânio Quadros e João Goulart, observa-se o que poderia se mencionar como o auge desse estilo de política. Jânio como o presidente dos ternos desalinhados, discursos salvacionistas e “jeito desengonçado”; Jango, como era popularmente conhecido João Goulart, com seu “espírito de negociação” e roupas simples e; Kubstheck como “o construtor de Brasília”, o “homem do Plano de Metas”.

Levando a discussão para uma compreensão de caráter mais geral, encontra-se pelo menos três conceituações para o populismo. A primeira que o identifica como um movimento político, específico, como o populismo russo do final do século XIX. As duas últimas ligadas a tradição intelectual e política europeia, uma referindo-se a existência de “massas populares” disponíveis, mas incapaz de ação política organizada sem o apoio de líderes e a outra que busca as características essenciais na crise do próprio Estado (Enciclopédia Abril, 1970, p. 752).

## **2.5 “Braguismo”: o neopopulismo na política paraibana**

O nascimento de uma nova variante do populismo deve-se, dentre outros fatores, a questão urbanística dos anos 70. Como ocorreu no populismo, o neopopulismo também é geralmente relacionado ao processo de migrações campo-cidade ocorrido de forma intensa, nesse período, na Paraíba e principalmente em cidades como João Pessoa, Campina Grande, Bayeux, Santa Rita, etc.

De acordo com Mello (1995, p. 235), cidades como a mencionada João Pessoa chegaram a dobrar o número de habitantes<sup>13</sup>. Assim, foi a partir do deslocamento do contingente populacional que começaram a se constituir as primeiras periferias, locais bastante propícios não só para o florescimento de fortes reivindicações ao poder público, mas como espaço de captação de votos para o PDS e PMDB, principais partidos do momento.

Na Paraíba essa forma e estilo de se fazer política, calcada em uma aparente preocupação em atender a necessidade da população mais carente, é bem perceptível no perfil adotado pelo então governador, eleito em 1982, Wilson Braga Leite.

Nascido dentro de uma família de grande tradição política no Vale do Piancó, Wilson, filho do tabelião Francisco de Oliveira Braga e da Sra. Calula Leite, seguiu a princípio, como era de se esperar, a tradição política de seu pai, se aliando a União Democrática Nacional (UDN). Mas, ainda no início de sua trajetória política já era possível observar as suas inclinações para um populismo getulista: A Wilson Braga só restaria... o populismo..., como espaço que, desprezado pela UDN – na verdade partido de classe média alta, hostil aos populismos getulista e ademarista – lhe caberá ocupar com todas as letras (MELLO, 1993, p. 206).

Nascia uma política que passou a ser definida, por alguns autores, como Mello (idem, p. 205), de braguismo, que teve o seu auge, principalmente, quando da vitória em 1982 ao Governo do Estado, mas que já era evidente desde o início da sua trajetória política através dos constantes discursos, nos quais Wilson sempre fazia questão de enfatizar “O social como prioridade de campanha”.

Para Mello (1993, p. 206-207) esse braguismo se manifestava através de duas constantes. A primeira estaria na sua exclusiva disposição política que o levava a não se dividir com outras funções – públicas ou privadas. A segunda no seu calculismo pragmático, pois acreditava que o adversário de hoje poderia ser o aliado de amanhã, o que realizava com grande maestria, não poupando esforços para fazer novas alianças.

Aproximar o perfil de Wilson a um estilo de política adotada pelo presidente Getúlio Vargas, mais especificamente em seu segundo mandato (1951-1954) não é certamente um equívoco. Isto porque, pesquisando os discursos de Wilson, projetos

---

<sup>13</sup>Em 1970 João Pessoa tinha 23.546 habitantes passando para 329.942 em 1980, disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Wilson\\_Braga](http://pt.wikipedia.org/wiki/Wilson_Braga). Acesso em 17 de julho de 2011, às 15:00 hrs.

e reivindicações, elaborados em Brasília enquanto deputado federal (1979) percebe-se claramente o seu perfil parlamentar.<sup>14</sup>

Dentro desse perfil duas preocupações se mostraram bastante evidentes. A primeira, uma melhoria nos sistemas de crédito, através das reivindicações de agência do Banco do Brasil para Santa Rita, Itaporanga, posto de crédito em Aguiar e outros postos. A segunda, a assistência médico-hospitalar em cidades como Conceição e Cajazeiras, áreas estratégicas de atuação política do então deputado.

Como se percebe na sua própria publicação, *O Nordeste e Outros Problemas*, veiculados no Centro de Documentação e Imprensa da Câmara dos Deputados (1980), Braga sempre buscou temas de interesse da população. Assim, os discursos relacionados aos temas trabalhistas eram assuntos frequentes nas suas reivindicações:

Suprir o sistema de opção entre a estabilidade e o FGTS, extinguir o sistema indenizatório preconizado pelo FGTS, estender o regime de FGTS, com a denominação de Fundo Social do Trabalhador a todos os assalariados e aperfeiçoar o instituto dando estabilidade no emprego (BRAGA, 1980, p. 52).

Nesse sentido, os seus discursos trabalhistas também se faziam bastante chamativos, a exemplo do dia 25 de maio de 1979, quando o deputado homenageava os trabalhadores do campo através do tema: “a baixa qualidade de vida do trabalhador rural”. Fazia neste também uma referência ao programa PRORURAL<sup>15</sup>, que dizia melhorar a condição do trabalhador no Estado.

É, portanto, baseada numa política que procurava enfatizar um aspecto paternalista, num jogo de aparente aproximação entre governantes e governados que se pode, a princípio, definir o período de 1980 na Paraíba. Num momento em que o voto popular readquiria importância nas decisões políticas, fortalecia-se

---

<sup>14</sup>O livro *O Nordeste e Outros Problemas*, do Próprio Wilson Braga, elaborado em 1979 nos ajuda a entender o perfil que esse político tentou construir.

<sup>15</sup> Em 1971, foi lançado o Programa de Assistência Rural (PRORURAL), ligado ao FUNRURAL, que previa benefícios de aposentadoria e o aumento dos serviços de saúde até então concedidos aos trabalhadores rurais. Entre outras medidas, o PRORURAL previa a aposentadoria por velhice e por invalidez para trabalhadores rurais maiores de 70 anos de idade, no valor de ½ salário mínimo; pensão, equivalente a 70% da aposentadoria, e auxílio funeral, para dependentes do beneficiário; serviços de saúde, incluindo assistência médico-cirúrgico-hospitalar e tratamento odontológico bem como serviços sociais em geral. As mulheres só seriam beneficiadas diretamente caso fossem chefes de família (algo muito raro no Sul do Brasil) ou assalariadas rurais.

também um sistema que buscava a “manipulação eleitoral” e a reintrodução de “práticas clientelísticas”.

Além do aspecto da utilização indiscriminada da máquina estatal em benefício do partido oficial, um outro elemento indicativo dos limites ao processo de democratização consistiu na manipulação das massas populares e na reintrodução das práticas clientelísticas consubstanciadas, sobretudo, no populismo braguista, desenvolvido em um momento que a conquista do voto popular readquiriria uma profunda importância política (CITTADINO, 1998, p. 121-122).

Visando, cada vez mais, adquirir o apoio popular, o governo Wilson, aparecia a partir da visão de “protetor”, segundo afirma Mello (1993, p. 222), reafirmando através de suas secretarias “O social como prioridade e promessa de campanha”. Assim, com a vitória de 1982, derrotando o candidato Antônio Mariz<sup>16</sup>, e durante o mandato como governador (1983 – 1986), percebe-se outro ponto de destaque na política Braga, característico também numa política populista: a ampla utilização dos meios de comunicação na divulgação dos “seus feitos”

Nesse sentido, programas desenvolvidos durante o governo Braga – o Projeto Canaã, de construção de açudes pela Secretaria de Recursos Hídricos, FUNDAP/FUNSAT, de titulação e redistribuição de terras – que se diziam melhorar a qualidade de vida das populações de baixa renda, encontrava bastante espaço em páginas de jornais, como o mencionado *Gazeta do Carriri*, fundado em Juazeirinho (1982), mas com circulação em parte do carriri paraibano.

Embora deva-se ressaltar também que essa ampla utilização dos meios de comunicação, destacando uma “administração positiva” do governo Wilson, não foi suficiente para frear o leque de críticas que o mencionado governo teve que enfrentar ao longo de seu mandato.

Descontrolada expansão da burocracia com superposição de órgãos como a Funsat; controle clientelístico da máquina estatal; empreiteiras beneficiadas com vultuosos contratos de obras públicas, mediante comissões arrecadadas por agentes do poder público; execução de obras de duvidoso retorno, como os próprios açudes de utilidade questionada e Privilegiamento de categorias artificialmente beneficiadas pelo novo Estatuto do Servidor (MELLO, 1993, p. 221).

---

<sup>16</sup>Wilson Braga obteve 509.855 votos, 58,48% dos votos. Antônio Mariz obteve 358.146 votos, 41,08% dos votos, [http://pt.wikipedia.org/wiki/Wilson\\_Braga](http://pt.wikipedia.org/wiki/Wilson_Braga). Acesso em 17 de julho de 2011 às 15:00 hrs.

O braguismo pode ser visualizado, assim, a partir do próprio perfil adotado e legitimado pelo governo Wilson, como um sistema que buscava adquirir a simpatia e o apoio popular através de uma política de aparente preocupação com a “população”. É perceptível ainda, como uma das suas características, a forte atuação em meio às lideranças, visando à construção de novas alianças para manutenção do partido no governo.



# **CAPÍTULO III**

### 3 O GOVERNO WILSON BRAGA REPRESENTADO NO JORNALGAZETA DO CARIRI

#### 3.1 Nas asas da *Gazeta*

O jornal *Gazeta do Cariri*, fonte de estudo do referente trabalho, foi lançado em 4 de novembro de 1983 apresentando edições mensais até o ano de 1985. O seu fundador, Leomarques Francisco da Silva, assim como colaboradores, afirmavam que ele tinha como objetivo representar os interesses de Juazeirinho, cidade sede do jornal, do Cariri e da Paraíba, sendo a voz dessa região que haveria de retratar as suas particularidades, além de propor uma integração entre os chamados Cariri e Curimataú. Apesar desse discurso de pertencimento e integração, observam-se mais adiante os interesses que, de fato, esse jornal representava.



**Figura1:** Exemplar do jornal *Gazeta do Cariri* com manchete de capa sobre o Governo Wilson Braga.  
**Fonte:** acervo pessoal dos familiares do fundador do jornal. Dezembro de 1983.

Nesse sentido, visava atingir um público diverso como se percebe ao longo de suas edições. Embora com pretensões a nível estadual, apresentava, ainda, assuntos polêmicos que envolviam todo o país. Assim, aparecem informações sobre a educação, como o MOBREAL, programa de combate ao analfabetismo, política,

ressaltando as disputas entre Tancredo e Maluf, aparecendo também uma ênfase no potencial do Brasil para os esportes, sobretudo o futebol.

No contexto estadual a *Gazeta* destaca-se principalmente com temas relacionados à política, aparecem diversas reportagens que enfatizam “os feitos de prefeitos paraibanos”, principalmente de municípios próximos a Juazeirinho, como Taperoá-PB, Junco do Seridó-PB e Santa Luzia-PB, sendo o próprio município de Juazeirinho retratado através da administração do então prefeito Januário Cordeiro de Azevedo<sup>17</sup>.

Ainda mais enfáticas são as reportagens sobre o então governador da Paraíba, Wilson Braga, e a sua equipe de governo. Nesse sentido, os nomes de secretários como o da agricultura, educação, transportes e recursos hídricos, bem como a atuação do órgão conhecido como FUNSAT, dirigido pela “primeira dama” Lúcia Braga, tem presença garantida no jornal.

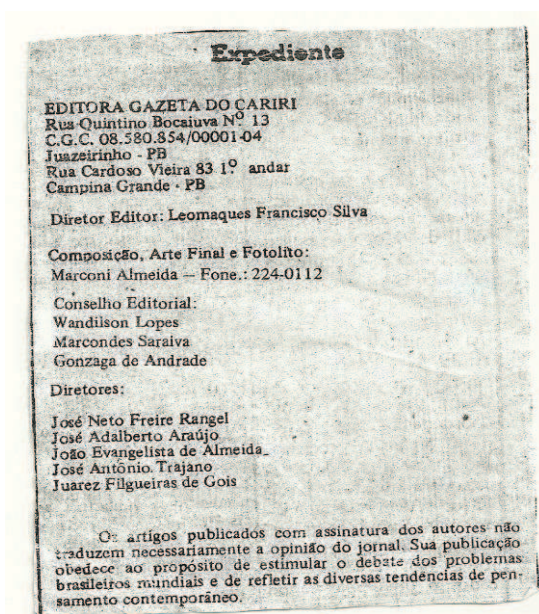
Embora com sede em Juazeirinho, o *Gazeta do Cariri* tinha como um dos seus endereços a cidade de Campina Grande, onde eram impressos os seus periódicos. Com isso, fica bastante evidente o fato do jornal apresentar tamanha proporção em se tratando do formato, haja vista ser esta cidade mais desenvolvida em relação a esses recursos. Outro fato também é a constante colaboração de editores, sub-editores, chefes de reportagem e municipalistas do *Jornal da Paraíba*<sup>18</sup>.

A seguir verificam-se duas imagens que demonstram como estava organizada a *Gazeta do Cariri*. Na primeira, aparece uma ficha bibliográfica, expediente, apresentando os nomes de pessoas e cargos ocupados por elas no jornal. Na segunda, apresenta-se o prédio sede em Juazeirinho, imagem divulgada durante as comemorações de um ano de fundação.

---

<sup>17</sup> Prefeito da cidade de Juazeirinho – PB durante o período em que circulou o jornal.

<sup>18</sup> Dentre os colaboradores do jornal *Gazeta do Cariri* estão os nomes de Tarcisio Cartaxo, editor político, Araújo Neto, editor e municipalista, Willians Monteiro, chefe de reportagem, e Armando Lira, sub-editor.



**Figuras 2 e 3:** Ficha de expediente da Gazeta e prédio onde funcionava o jornal.  
**Fonte:** Acervo pessoal dos familiares do fundador do jornal. Março de 1984.

A imagem acima, que representa a ficha bibliográfica do jornal *Gazeta do Cariri*, é possível perceber que o seu fundador ocupa a função de diretor-editor, sendo, portanto, o principal nome do jornal. Isso porque, além da referida função, se encarregava também de outras, como o próprio levantamento de patrocinadores para suprir os gastos com a elaboração e impressão mensal.

Nesse sentido, sabendo que cada texto é um retrato de ideias e interesses e que quando se escreve leva-se sempre para a escrita a vivência de mundo, a subjetividade, é preciso conhecer a trajetória desse fundador a fim de entender o porquê de muitas reportagens que enfatizam o governo Wilson como sendo “do povo e para o povo”. Assim, será possível compreender como esse jornal atuou na construção e legitimação desse perfil populista do então governador Wilson Braga.

### 3.2 Nas trilhas de um fundador

Leomarques Francisco da Silva, filho de Francisco Severino Sobrinho (Chicó) e Josefa Helena da Silva (Zefita), nasceu no ano de 1949, na cidade de Condado-PB, sendo registrado na cidade de Malta-PB. Após o nascimento, sua família mudou-se para Patos-PB, onde residiu durante três anos, indo em seguida para Juazeirinho-PB.

Sua carreira estudantil iniciou em 1952, estudando com a sua própria mãe que dava aulas como professora particular. Depois passou a estudar no Grupo Escolar Almeida Barreto (hoje Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Marechal Almeda Barreto) concluindo o 3º ano das séries iniciais. Mudou-se, ainda, para Puxinanã-PB, onde concluiu o fundamental Ie depois para Campina Grande-PB, estudando no Colégio Alfredo Dantas (CAD).

Ao longo da sua carreira foi professor no Ginásio Comercial Manoel Vital, em Juazeirinho, e instrutor de banda de música, sendo nomeado em 1977 vice-diretor e em 1978 diretor deste educandário. Fundou um colégio no então Distrito de Assunção-PB, atuando, ainda, na fundação do Colégio Luis de Miranda Burity em Soledade-PB, onde também assumiu a função de professor.

Leomarques formou-se em Economia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Campus II, Campina Grande, mas queria cursar Direito o que conseguiu até o ano de 1985, quando chegou a falecer já no terceiro ano de Curso, vítima, do que se denominava na época, de estrangulamento do pâncreas seguido de infecções generalizadas.



**Figura 4:** Exemplar do jornal Gazeta do Cariri: caderno especial após um ano da morte do seu fundador.

**Fonte:** Acervo pessoal da família do fundador do jornal. Junho de 1986.

Na área política, foi eleito vereador em Juazeirinho no ano de 1973, através do partido ARENA e candidato a prefeito em 1978, não conseguindo obter êxito



nessa segunda disputa. Era declaradamente aliado político de deputados como Fernando Milanês, trabalhando para ele em diversas eleições.

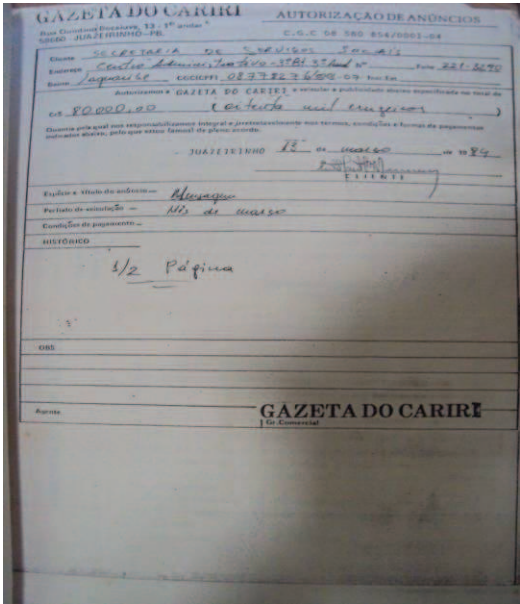
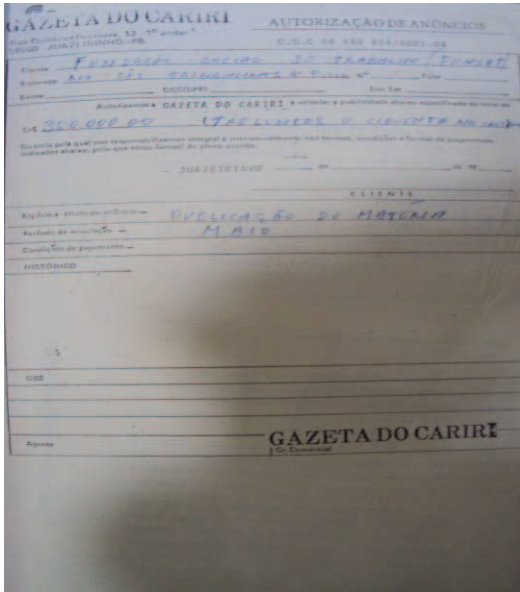
Era também um aliado político de Wilson Braga, segundo consta nas palavras de alguns familiares e amigos que afirmavam a posição favorável de Leomarques ao mandato do então governador<sup>19</sup>. Algo perceptível na própria legenda partidária, uma vez que como se mencionou anteriormente, ao tratar do período militar na Paraíba, o partido ARENA transformou-se posteriormente no PDS.

Esta aliança também ficou evidente através de algumas pesquisas realizadas sobre as documentações do jornal. Nestas verificou-se, a título de exemplo, uma nota de pagamento no valor de 350.000 cruzeiros do mês de maio de 1984, referente ao patrocínio que o órgão conhecido como FUNSAT (Fundação Social do Trabalho), dava ao jornal. Assim fica claro o porquê de muitas reportagens que destacam os “feitos” desse órgão e a “brilhante” atuação da sua diretora, a “primeira dama” Lúcia Braga.

As posições políticas defendidas por Leomarques, bem como as diversas quantias em dinheiro recebidas por ele para publicação das matérias, nos ajudam a entender a constante presença de reportagens que serviram para autenticar a atuação do Governo do Estado como um todo. Isso porque, percebe-se, ainda em outros documentos, essa nítida relação entre o fundador e o governo, como o caso de outra ficha de patrocínio no valor de 80.000 cruzeiros, de 13 maio de 1984, que deveria ser pago pela Secretaria de Serviços Sociais para publicação de uma mensagem no jornal.

---

<sup>19</sup> Em entrevista com a mãe do fundador, Josefa Heleno da Silva, e com um dos seus amigos, Antônio Batista de Lima, foi possível obter informações sobre os posicionamentos políticos de Leomarques. Entrevista concedida em 14 de junho de 2011.



Figuras 5 e 6: Listas de patrocínio do Jornal Gazeta do Cariri com os nomes, respectivamente, da FUNSAT e da Secretaria de Serviços Sociais do Estado.

Fonte: Acervo pessoal da família do fundador do jornal. Maio de 1984.

Dessa forma, compreende-se que a construção do perfil político de Wilson Braga, bem como da sua equipe de governo, se dá em função de questões financeiras e, também, através de questões políticas. Esta última verificada claramente a partir do histórico do diretor-editor do jornal, Leomarques Francisco da Silva.

3.3 Wilson Braga: um novo “pai dos pobres”?

Retratar o governo Wilson Braga a partir desse questionamento é, na realidade, ressaltar as características de uma política populista, tão bem presente durante os anos em que Getulio Vargas esteve na presidência do Brasil. Embora essas duas lideranças políticas não tenham sido contemporâneas, verifica-se a presença de práticas políticas semelhantes. Por isso, tornou-se pertinente utilizar a frase um novo “pai dos pobres”, não como uma forma de tecer elogios ao Governo do Estado, mas como uma maneira de tentar caracterizar a imagem que ele recebeu através das páginas do jornal Gazeta do Cariri.

Nesse contexto, observa-se essa necessidade de referenciar o trabalho nos aportes da nova história cultural, bem como no pensamento de Chartier (1990). Compreendendo a grande relevância desse arcabouço teórico para fundamentação da presente análise.

Assim, trabalhar com a noção de representações dentro da nova história é compreendê-la como figuras constituídas a partir do interesse de determinados grupos. O que nos faz entender e questionar a imagem do governador Wilson Braga passada nas edições do referido jornal, visualizando-a, desde o início, não como o real, e sim como uma representação, uma ideia de real que visa legitimar os interesses desse grupo político.

Questionando a ideia de fonte como mero instrumento de mediação e testemunho de uma realidade, e considerando as representações como realidade de múltiplos sentidos, mesmo porque as representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam (AMARAL E FÁRIA, 2007, p. 2-3).

Nesse intuito, através da análise das nove edições, durante o período em que funcionou o jornal (1983 a 1985)<sup>20</sup>, foi realizada uma seleção destacando, assim, as reportagens principais que deverão ser incluídas no trabalho, haja vista, ter sido encontrado cerca de trinta matérias que fazem referência a esse governo. A partir da análise dessas reportagens apresenta-se os tipos de representação do governo Wilson, utilizando também nessa análise alguns contrapontos em relação à ideia que perpassa o jornal.

De maneira geral o jornal busca enfatizar as obras realizadas durante o governo, que, segundo ele, estariam voltadas a atender a necessidade dos mais carentes. É bastante sugestiva também a forma como os títulos dessas reportagens são elaborados. Isso porque se percebe um criterioso jogo visando chamar a atenção imediata dos leitores para o que será mencionado a seguir. Dessa forma, aparecem títulos como: “Da Promessa à Realidade, Braga Cumpre Promessa: Reforma Agrária no Sertão”; “Um Programa Arrojado do Governo Wilson” e “13º Para Todos”.

Numa dessas sugestivas reportagens, na edição de agosto de 1984, o jornal divulga a entrega de um conjunto habitacional na comunidade Ernani Satyro, João Pessoa-PB, evento este organizado pela Fundação Social do Trabalho. Sob o título “Feito com taipa e com solidariedade”, a reportagem apresenta uma sucessão de discursos que destacam e exaltam a figura do então Governo do Estado.

---

<sup>20</sup> Embora traçando o período entre 1983-1985 como sendo os anos de circulação do jornal é necessário citar que em 1986 foi elaborada uma edição especial ressaltando um ano da morte do seu fundador.





**Figura 7:** Wilson Braga e secretários na entrega de casas na Vila da Palha em João Pessoa-PB  
**Fonte:** Acervo pessoal da família do fundador do jornal. Agosto de 1984.

Nos discursos aparecem primeiro as palavras do governador Wilson Braga, que havia destacado como uma das características do seu governo “uma política que sai do asfalto para as periferias”. Que deixa “o luxo dos gabinetes com ar condicionado, as mordomias, para juntar-se aos favelados”. Visando confirmar seu discurso, Wilson também apresenta os programas que estaria desenvolvendo como O Canaã, Recuperação de hospitais, Construção de unidades sanitárias e Mutirão. (Gazeta do Cariri, agosto de 1984).

Em outro discurso, aparecem, agora, as palavras da então presidente da FUNSAT, Lúcia Braga. Assim como Wilson, Lúcia também teria destacado essa “união entre o povo e o governo”, descrevendo o evento como um “capítulo novo na história da Paraíba”, afirmando ser esta a “primeira vez em que povo e governo caminham lado a lado, visando resolver os problemas”.

A fim de confirmar todo o discurso divulgado na reportagem, uma importante estratégia foi à suposta apresentação de outras entrevistas, agora não mais destacando discursos das lideranças do governo, seria nesse momento “a vez e a voz do povo”. O jornal destaca, assim, as falas dos líderes locais como Ulisses Pinheiro, presidente da Associação de Moradores Locais da comunidade Ernani Satyro, em João Pessoa, que havia elogiado o projeto por acreditar que ele “favoreceu o intercâmbio com outros habitantes da região e integrou os moradores

locais”. Aqui é possível perceber como essa fala se assemelha claramente ao discurso empreendido pelo governador e pela “primeira dama”.

Os aplausos e elogios ao governador aparecem ainda mais nítidos na fala de outras lideranças locais. Gentil Borges, tribuno, que havia enfatizado a “humanidade do governador” e os líderes da comunidade Taipa, Damião Matias e João Pereira, que também destacaram a “sensibilidade, amor e respeito pela gente humilde como marcas de um governo voltado para a causa do pobre”.

Na referida reportagem o governo Wilson é representado a partir de uma política que não impõe limites para ajudar as populações mais carentes. Wilson é visto como um pai que se aproxima dos seus filhos (o povo) saindo de toda a sua comodidade (salas com ar condicionado) e oferecendo o melhor para eles, no sentido não só da habitação, mas em todas as áreas sociais. Visão essa perceptível na reportagem, uma vez que paralelamente a entrega do conjunto habitacional ocorre à promoção de diversos outros eventos: serviços de saúde, apresentações teatrais, expedição de documentos, cortes de cabelo e suposto encaminhamento de pessoas para inscrição em trabalhos, que como se afirma no jornal, “com empregos quase certos”.

Esse comportamento administrativo do governador que seria para o jornal bastante positivo e espelhava a “sensibilidade” de Wilson com os mais carentes, não foi visto sempre desse modo. Como demonstra Mello (1993, p. 221) o comportamento administrativo do governador foi marcado também por inúmeras críticas:

Descontrolada expansão da burocracia com superposição de órgãos como FUNSAT; controle clientelístico da máquina estatal; fortalecimento de empreiteiras beneficiadas com vultuosos contratos de obras públicas, mediante comissões arrecadadas por agentes do poder público e execução de obras de duvidoso retorno.

Nesse sentido, é possível pensar em todo o jogo de interesses que existia por trás desse discurso jornalístico, uma vez que as ditas realizações do governo se justificam também pelos benefícios que receberia quando da realização das obras. Nesse sentido, diferentemente do que divulga o jornal, autores/as como Cittadino (1999, p.128-129) apresentam críticas contundentes a esse governo, demonstrando uma atuação política voltada principalmente para si e não visando sempre o bem

estar das populações mais carentes, como era divulgado no slogan de campanha e nos projetos do governo.

Através do pensamento de teóricos como Foucault (1986), pode-se compreender melhor os diversos discursos veiculados no mencionado jornal. Entendendo, a partir desse teórico, que para se analisar um discurso é necessário desprender-se de interpretações unívocas, que buscam obter o sentido oculto das coisas, como se fosse possível chegar ou descobrir a verdade.

Analisar o discurso, nesse sentido, seria ficar no nível da existência das palavras, das coisas ditas (FISCHER, 2011, p. 2), ou seja, percebê-lo em sua complexidade e não observá-lo apenas como um conjunto de signos que carrega determinado significado, muitas vezes oculto ou deturpado, facilmente perceptível através de uma interpretação que busca no tempo anterior a ele uma verdade que seria despertada pelo pesquisador.

Gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. [...] não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse mais que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 1986, p.56)

Embora com uma proposta teórica diferenciada, se comparada ao conceito de representações que está sendo utilizada ao longo do trabalho, Foucault torna-se importante, uma vez que oferece novos olhares, novas possibilidades teóricas para análise e interpretação de documentos como o jornalístico, contribuindo, de maneira geral, para se pensar como determinadas práticas discursivas vão sendo aceitas no meio social.

Retomando a análise do jornal, percebe-se que essa proposta, de apresentar um governo que atua em harmonia com o povo, também se verifica através da análise de matéria publicada em março de 1984. Através de um caderno especial, que tinha como propósito parabenizar o Governo do Estado por completar um ano de mandato, observa-se já a partir do próprio título – “Povo e governo num grande

mutirão”- essa tentativa de demonstrar a união entre o político e a população, sobretudo os mais necessitados.



**Figura 8** – Reportagem sobre o Programa Mutirão.

**Fonte:** Acervo pessoal dos familiares do fundador do jornal. Março de 1984.

Na matéria o Governo do Estado é visto como positivo ao se avaliar um ano de supostas realizações. Na ocasião, os elogios enfatizam que, embora atravessados por crise e seca, o governo conseguiu garantir a convivência do homem do campo com esses problemas, cumprindo também os seus compromissos com o funcionalismo e fornecedores. É destacada, assim, uma administração apresentada como atuante em todos os setores, que vai ao encontro das populações carentes, percebe suas necessidades e junto a elas procura meios de solucionar os problemas.

Numa matéria veiculada pelo *Jornal Diário da Borborema*, na edição de setembro de 1986, observamos uma visão bem diferente da construída pelo jornal *Gazeta do Cariri*, pois através do título: “Raimundo Lira diz que Wilson Braga destruiu a economia da Paraíba”, destaca-se o discurso do então candidato ao senado Raimundo Lira, político da legenda PMDB, que faz duras críticas ao Governo do Estado.

Na referida matéria, Lira acusa Wilson de estar tentando conquistar vitórias e de manter-se politicamente através da distribuição de “sacolas de comidas” para um povo que ele mesmo teria empobrecido. Para esse político, segundo descreve o



*Diário da Borborema*, Wilson estaria utilizando em seu benefício os recursos do governo, que eram destinados à realização de obras públicas. Nesse sentido, citando o caso da cidade de Espírito Santo-PB, que se recuperava de uma enchente e não estava recebendo ajuda do governo, Lira descreve a administração de Wilson como “desonesta, irresponsável e uma vergonha para a Paraíba”.

Na tentativa de construção da imagem de Wilson como sendo um homem do povo, outra estratégia presente no jornal *Gazeta do Cariri* é a busca incessante, no transcorrer de inúmeras matérias, de apresentar um governo que cumpre fielmente todas as promessas de campanha. As matérias “Terra para todos, Braga cumpre promessa: reforma agrária no Sertão”, de dezembro de 1984 e; “Em terra de Canaã, da promessa a realidade”, de maio de 1984, são exemplos desse perfil articulado ao longo das páginas do jornal.

Na primeira matéria destaca-se uma questão inusitada, uma vez que, ironicamente, nunca se poderia imaginar que a reforma agrária tinha sido realizada aqui na Paraíba, episódio que se espera a ocorrência até hoje no cenário nacional. Assim, como o jornal evidentemente não está utilizando uma figura de linguagem, acredita-se que busca, de fato, passar essa imagem, haja vista que é notório seu caráter tendencioso ao divulgar matérias sobre o Governo do Estado.



**Figura 9** – Reportagem sobre a entrega de lotes de terra em Mãe D’Água-PB.

**Fonte:** Acervo pessoal da família do fundador. Dezembro de 1984.

Na referida matéria enfatiza-se a entrega simbólica de 640 títulos de terra a agricultores do município de Mãe D'Água-PB. Como de costume, o governador realiza seu discurso falando que estava cumprindo a reforma agrária que havia prometido. Uma reforma “sem sangue, com segurança, paz e realidade, que garantia a recuperação da confiança do homem do campo nos políticos”. Dessa forma, junto ao discurso do governador é entregue, pela primeira dama Lúcia Braga, um documento de posse da terra ao agricultor Amauri Medéia. Este, por sua vez, teria elogiado Wilson pela “preocupação com os pequenos”, sendo o “primeiro governador a realizar tamanho ato” (GAZETA DO CARRIRI, dezembro de 1984).

Na segunda matéria, intitulada “Em terra de Canaã, da promessa a realidade”, percebe-se, mais uma vez, a construção do governo Wilson Braga a partir do perfil de político honesto, fiel e que apresenta sensibilidade ao executar e cumprir planos e promessas. Wilson é visto, aqui, como um dos poucos políticos que se lembra das promessas de campanha trazendo-as para o campo da realidade.

O projeto Canaã nasceu durante a campanha eleitoral. Candidato a governador, Wilson Braga reuniu sua assessoria e determinou a realização de estudos preliminares para a elaboração de um plano integrado de desenvolvimento econômico e social no semi-árido. A promessa foi feita aos eleitores. Agora começa a ser cumprida (GAZETA DO CARIRI, maio de 1984, p. b3).

Tratando de um projeto que tinha como objetivo a construção de açudes, barragens, estradas, implantação de eletrificação rural, dentre outros serviços, o jornal enfatiza a todo o momento a época da sua campanha para governo estadual. Nesse sentido, busca apresentar os supostos esforços dedicados por Wilson, bem como pela sua equipe de governo, que resultaram, agora, na concretização de mais uma promessa. Wilson é percebido, nesse momento, como um político competente não apenas em relação ao cumprimento de suas promessas, mas também na escolha de “profissionais altamente capacitados” para execução das tarefas.

Em outra matéria veiculada no *Jornal Diário da Borborema*, setembro de 1986, observa-se a divulgação de uma mensagem que difere do perfil político construído no jornal *Gazeta do Cariri*. Nela, Wilson não é visto como político que cumprir fielmente as promessas de campanha e sim cobrado pelas obras que não tinham sido realizadas. Dessa forma, é destacada a fala do prefeito Vanildo Maroja que estava cobrando do governo à pavimentação da rodovia asfáltica que liga Araçagi-

PB (município administrado pelo então prefeito na época) à cidade de Mamanguape-PB, promessa que, segundo o jornal há muito tempo tinha sido feita e ainda não foi cumprida pelo governo.

Além da presença de todo o quadro de secretariado, outra figura aparece sempre em destaque no jornal como responsável por grande parte das “realizações” do governo Wilson Braga: a “primeira dama” Lúcia Braga. Esta, sendo esposa do governador, estava também à frente da Fundação Social do Trabalho, FUNSAT, um dos órgãos mais citados no jornal.

Como já foi possível perceber, a FUNSAT apresentava uma boa relação com a *Gazeta do Cariri*, uma vez que era um dos principais patrocinadores. Dessa forma, esse órgão em geral e a própria figura da “primeira dama” tinham sempre espaço garantido no referido jornal, algo que servia também como um forte reflexo para essa imagem de governo atuante e competente que foi sendo construída ao longo de inúmeras publicações.

Nesse sentido, a relação entre a *Gazeta do Cariri* e a FUNSAT rendeu, portanto, algumas matérias interessantes. A primeira dessas foi justamente nas comemorações do mês de maio referente ao dia das mães, onde a figura de Lúcia Braga é colocada como “Uma mãe símbolo na Paraíba”. A partir da utilização de algumas imagens, onde a “primeira dama” aparece participando de reuniões com a população e distribuindo alimentos, assim como de um texto bastante argumentativo, o jornal apresenta Lúcia como um exemplo de mãe a ser seguido pelas paraibanas:

Queremos, neste dia, prestar-lhe o tributo da mais carinhosa homenagem e, no intuito de generalizar a homenagem a cada uma e a todas as mães, pobre ou rica, branca ou preta, feliz ou açoitada pelos ventos do infortúnio, a todos reunimos e consagramos numa mãe – símbolo, aquela que por ser a Primeira Dama do Estado, tem um compromisso maior de ser solidária com todas as mães paraibanas (GAZETA DO CARIRI, maio de 1984, p. b4).

É visível o uso de um discurso demagógico, prática frequentemente utilizada pelas lideranças políticas. Observa-se na citação acima que o jornal enfatiza o “destino” como uma explicação para a situação difícil enfrentada pelas mulheres paraibanas. Algo que nos remete novamente a Mello (1993, p. 221) quando o autor cita os casos de corrupção denunciados durante o Governo Wilson, contraponto significativo para desconstruirmos discursos dessa natureza.

No jornal também é perceptível a presença de inúmeras imagens onde aparecem a figura da “primeira dama” quase sempre na companhia de multidões e “realizando” algumas etapas relacionadas aos programas que estariam sendo desenvolvidos pela FUNSAT. Na montagem fotográfica que se segue é possível identificar, nitidamente, uma criteriosa organização do cenário a fim de transmitir através do texto imagético a construção de uma “verdade” que já estaria presente no forte discurso que aparece no jornal.



**Figura 10** – Lúcia Braga Leite e moradores em João Pessoa-PB.  
**Fonte:** acervo pessoal dos familiares do fundador do jornal. Maio de 1983.

Na imagem aparece a “primeira dama” realizando a entrega de cestas básicas a uma população carente quando da comemoração do dia das mães. É possível visualizar um jovem elevando a sacola com a feira e as duas senhoras próximas a Lúcia segurando alimentos, fazendo aí certa encenação para a câmera fotográfica. Nesse sentido, através do texto escrito e imagético é representada a figura de uma mulher caridosa, solidária, ou seja, uma mulher com a “cara” do governo Wilson Braga.

Todas as estratégias e práticas utilizadas pelo grupo de Wilson visam, notoriamente, a construção de uma identidade, o que representa simbolicamente a posição supostamente ocupada pelo citado grupo na sociedade. Porém, para o reconhecimento dessa identidade, torna-se necessário um articulado e planejado



jogo de exibição. É nesse momento que aparece a importante atuação da mídia, uma vez que será ela a responsável pela divulgação de um perfil já previamente elaborado, o que nos faz pensar na citação a seguir que define representações como:

Configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diversos grupos, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significa simbolicamente um estatuto e uma posição (CHARTIER apud AIRES, 2008, p. 45).

Trazer para esse debate a discussão sobre identidade é, conseqüentemente, nos reportarmos a Hall (2002, p. 10), uma vez que este autor nos oferece condições para se pensar numa compreensão mais ampla para esse tema. Seria, nesse sentido, a percepção de uma identidade vista a partir da ótica pós-moderna onde não se aceita mais a “fantasia” de uma identidade fixa segura para o sujeito e se acredita que este mesmo sujeito pode assumir diferentes identidades de acordo com os diferentes momentos.

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, a medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2002, p. 13).

Nesse sentido, é bastante relevante seguir a ótica desse autor para verificar como os diversos atores sociais assumem diferentes identidades, ajustando-as a diferentes momentos. Este é o caso, por exemplo, do governo ora referenciado, uma vez que como já foi possível perceber e ainda se observa mais adiante, diversas são as formas de identificação passadas por esse grupo político nas reportagens que foram selecionadas para a presente análise.

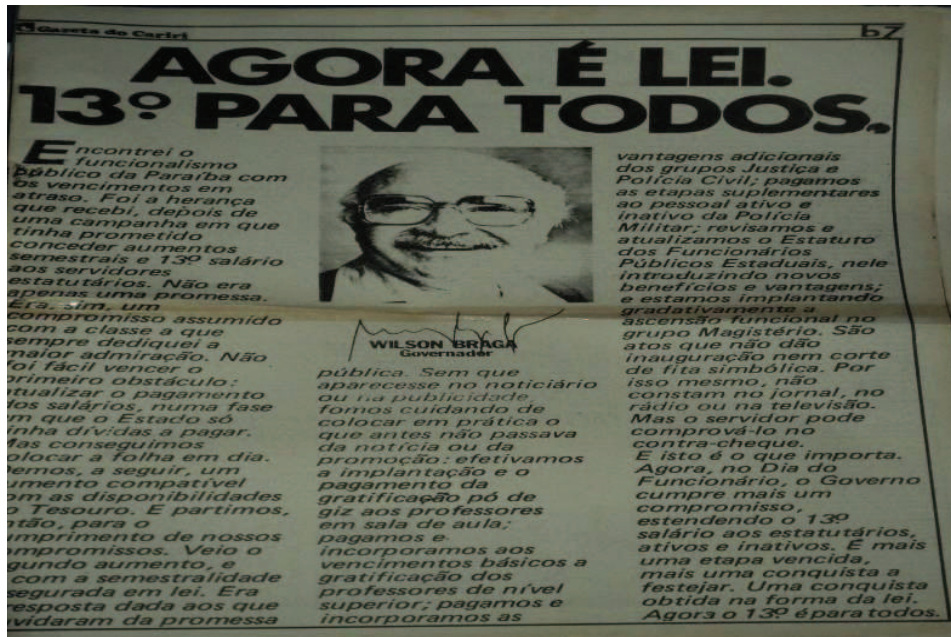
Em outra matéria, agora fazendo referência ao trabalho desenvolvido pela FUNSAT, mas não deixando de destacar a figura de Lúcia Braga, o jornal apresenta uma exposição de diversas obras supostamente realizadas por este órgão na Paraíba, no decorrer de um ano de criação. Na matéria, é citada a “boa harmonia” entre as proposta do governo, o trabalho e objetivos desenvolvidos pela FUNSAT e, como afirma o jornal, fruto da “ação competente da Assistente Social Lúcia Braga”:

A partir do momento em que assumiu a presidência da Fundação Social do Trabalho - FUNSAT – em solenidade presidida pelo governador Wilson Braga, a 18 de março de 1983, a assistente social Lúcia Braga, propôs-se a direcionar seu trabalho em três linhas mestras: humanização de áreas periféricas; melhoria de ocupação e renda e desenvolvimento comunitário (GAZETA DO CARIRI, março de 1984, p. 7).

Na ocasião das homenagens prestadas à FUNSAT, o jornal faz questão de continuar mencionando as promessas eleitorais feitas na época da campanha e que agora estariam sendo cumpridas. A fim de ampliar ainda mais os “feitos” de Wilson, aparece nessa matéria a figura de um político preocupado não só com a melhoria nas condições de habitação, mas voltado também às questões do trabalho, se afirmando como político disposto a melhorar: “as condições de trabalho oferecidas ao homem desempregado e subempregado, melhorando seu nível de vida e sua fixação ao meio” (GAZETA DO CARIRI, 1984, p. 7).

Não é de hoje que se encontra uma figura política se metamorfoseando em trabalho. A própria imagem de Vargas, que constantemente era divulgada através dos meios de comunicação, estava quase sempre vinculada à questão do trabalho. No que diz respeito à realização dos discursos, Vargas costumava se dirigir ao público através da famosa frase: “Trabalhadores do Brasil”. Assim, participante de um movimento político denominado como neopopulismo e detentor de um sistema político conhecido como “braguismo”, seria lógico também perceber em Wilson Braga a tentativa de construção de um perfil relacionado ao mundo do trabalho.

Essa característica de político identificado com trabalho, embora visível em todas as matérias que tratam do Governo Wilson no jornal, tem o seu auge através de uma matéria em particular. Nesta, intitulada “Agora é lei: 13º para todos”, aparece um discurso do governador destacando, segundo afirma o jornal, a “incessante atuação” em prol dos servidores públicos do Estado e implantação com “muitas dificuldades” de aumentos semestrais e 13º salário para todos os seguimentos.



**Figura11:** discurso de Wilson Braga sobre o funcionalismo público.  
**Fonte:** Gazeta do Cariri. Dezembro de 1984.

Embora o governador esteja divulgando no jornal os seus supostos feitos, afirma, seguidamente, que os seus atos não aparecem nos meios de comunicação. Percebe-se também em suas palavras um forte apelo: o governador se coloca como político preocupado com o bem estar do funcionário público, atuando, segundo o discurso, sem limites para oferecer melhores condições de salários ao trabalhador paraibano. Assim, de acordo com a representação presente no jornal, Wilson seria um político de um “Programa Arrojado”, visão construída ao longo das páginas desse jornal através das inúmeras matérias que fazem referência aos programas supostamente voltados ao trabalhador.

Essa imagem de homem metamorfoseado em trabalho não é exclusiva do jornal *Gazeta do Cariri*. Basta analisar, por exemplo, as diversas reportagens divulgadas no *Jornal da Paraíba* (1983-1986) para perceber também a divulgação desse perfil do então governador. Algo que se explica pelo fato do *Gazeta* contar com a colaboração de editores e colaboradores do *Jornal da Paraíba*, como foi observado anteriormente.

Porém, mesmo com diversas reportagens que também destacam os “feitos de Wilson”, verificou-se, na edição de 06 de junho de 1986 do *Jornal da Paraíba*, uma matéria que se destaca em relação às demais por apresentar um perfil diferente do governador. Nela, o deputado José Luís Junior (PMDB) evoca Maquiavel para

destacar o que ele acredita representar a administração de Wilson Braga na Paraíba. Assim, José Luís fala das “artimanhas” do governador para conseguir efetivar alianças, afirmando que Wilson haverá de responder pelos “crimes e escândalos” e por “todo o mal que fez a Paraíba”.

Através dessa matéria e de outras, presentes em jornais que retratam o Governo Wilson Braga, evidenciam-se representações diferenciadas se comparadas à imagem construída pelo jornal *Gazeta do Cariri*. Assim, é notória a importância de outras fontes, como o jornal *Diário da Borborema*, que atuam na condição de contraponto, uma vez que oferece novas possibilidades para compreensão desse governo.

Em suma, através da análise minuciosa de algumas reportagens presente no jornal *Gazeta do Cariri*, foi possível observar que a figura do governador Wilson Braga é construída a partir de positivas representações. Em alguns momentos ele aparece como um político que se identifica com o povo, sendo pintada a imagem de um pai amoroso, sensível, solidário e digno de respeito. Em outros, é destacado o perfil de político atuante e fiel no cumprimento das promessas de campanha. Por fim, ocorre também uma tentativa de metamorfosear Wilson em trabalho, como se ambos fossem praticamente sinônimos. É, portanto, nesse sentido que o referido jornal atua na construção e divulgação desse perfil do então governador.

Assim, fazendo essa relação entre o perfil de Wilson apresentado no jornal e o conceito de representações, é possível compreender, tomando como base o pensamento de Chartier (1990), todo esse processo que se configurou na “construção de uma realidade social”. Observando que as representações nada têm de imparcial, sendo organizadas através de uma visão que se deseja projetar no imaginário social, definidas, portanto, como: esquemas intelectuais, que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado (CHARTIER, 1990, p. 17).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do presente trabalho, verificou-se como a imagem do Governo Wilson Braga foi sendo representada no jornal *Gazeta do Cariri*. Observaram-se, também, por meio de uma análise contextualizada, os fatores que estiveram influenciando na construção e divulgação de um perfil para o então governador.

Como referencial teórico, o trabalho baseou-se na nova história política, bem como no conceito de representação de Chartier (1990), elementos indispensáveis para realização da presente análise, uma vez que contribuíram na percepção sobre como determinados grupos políticos se afirmam. Destacou-se, desta feita, os fatores que levaram esse governo a ser representado no jornal como sendo “do povo e para o povo”, o que ocorreu a partir da construção de uma identidade, para Wilson, de “pai amoroso e sensível”, homem “digno e fiel” no cumprimento das promessas de campanha.

Esta identidade, embora bastante enfatizada no jornal, não assumiu um caráter homogêneo se comparado a outros jornais. Este é o caso, por exemplo, do *Diário da Borborema* que segundo demonstra Macêdo (2009, p. 53) apresentou uma imagem de Wilson que se desvinculava dessa visão construída pelo jornal *Gazeta do Cariri*.

A figura do então Governador era retratada nas páginas do Diário da Borborema, tanto um quanto confusa, após a rejeição da emenda Dante de Oliveira o então Governador não decidiu de imediato qual candidato apoiaria, lembramos que Paulo Maluf era do seu partido (PDS) apoiado pelo presidente Figueiredo do outro lado tínhamos Tancredo Neves (MDB), Movimento Democrático Brasileiro.

A citação que faz referência ao *Diário da Borborema* deixa claro a ideia de que essa visão, elaborada pela *Gazeta do Cariri*, não assumiu de fato unanimidade, como se percebe em outros periódicos. Algo que aponta para a parcialidade do jornal em debate, o que pode ser verificada na relação existente entre o fundador, Leomarques e o Governo Wilson. Este último que além de patrocinador do referente meio de comunicação, era aliado político do citado fundador.

Neste sentido, utilizando um método próprio a leitura de documentos como o jornalístico, Luca (2005), foi possível inferir elementos que não tinham como ser identificados através de um olhar descomprometido. As pesquisas em matérias

referentes à publicação do jornal, bem como as bibliografias que retratam o período da década de 1980, mais especificamente o governo de Wilson Braga, também se fizeram indispensáveis para elaboração do mencionado trabalho.

Assim, espera-se ter contribuído na ampliação do debate sobre esse novo campo do conhecimento, qual seja a Nova História Política, que tem cada vez mais ganhado espaço nos estudos de diversos historiadores. É relevante, também, a sua proposta de estudo, uma vez que, se distanciado das produções realizadas ao longo do século XIX, oferece novos olhares sobre o estudo da política, apresentando os diversos mecanismos que influenciam na legitimação de determinados grupos ou partidos políticos. Características essas que embora dificultem o trabalho do historiador, pois o torna mais complexo, lhe oferece diversas possibilidades de análise, oferecendo a esse profissional um estudo instigante e atrativo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIRES, José Luciano de Queiroz. Pincelar Para Desenhar a Nação: Identidade Nacional e Ensino de História – in: **História Ensinada: linguagens e abordagens para a sala de aula**. IDEIA. João Pessoa, 2008.

AMARAL, Ieda Ramona do e FARIA Luciane Miranda. Resenha Sobre o Livro de Roger Chartier: A História cultural Entre Práticas e Representações. – in: **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 16, nº 30. P 183-186, Janeiro, - Abril. 2007.

BARBOSA, Alexandre et. al. **Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2004.

BARRETO, Álvaro. A Reorganização Partidária em Pelotas (1979 – 1972). **Anais do VIII Encontro Estadual de História de Caxias do Sul**. Ampuh – RS, 2006. { CD – ROM}.

BARROS, José D`Assunção. **O Campo da História: Especialidades e Abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BRAGA, Wilson. **O Nordeste e outros Problemas, Centro de Documentação e Imprensa da Câmara dos Deputados**. Brasília, 1980.

BRUN, Argemiro J. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 1999.

BUENO, Silveira. **Dicionário Escolar**. Ediouro, 2001.

BURKE, Peter. História Como Memória Social. In: **Variedades de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.

CARVALHO, Amanda Peixoto de. **A Legalização dos Cultos afro-brasileiros na Paraíba: o discurso jornalístico do “Diário da Borborema” (1960 – 1975)**. Campina Grande:UEPB, 2007.



CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990

\_\_\_\_\_ O Mundo Como Representação- in: **Estudos Avançados** nº 11, vol – 5, Janeiro, ABRIL DE 1991 (USP).

CITTADINO, Monique. A Política Paraibana e o Estado Autoritário (1964-1986).in: **Estruturas de poder na Paraíba**. João Pessoa, Universitária/UFPB, 1999.

DUARTE, Lidiane. O Movimento Diretas-já in: **Http// WWW. Infoescola. Com. Acesso em 14 de abril de 2011 as 11:00 hrs.**

FISCHER, Rosa Maria Bueno.Foucault e a Análise do Discurso em Educação. Faculdade de Educação e Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. In:**rosamar@plug-in.com.br**.Acesso em 15 de junho de 2011 as 11:00 hrs.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA. **Enciclopédia Abril**. São Paulo: Abril, 1970.

GINZBURG, Carlo. Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

GOMES, Ângela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado in: **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP E A, 2002.

KUMAR, Krishan. **Da Sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna: Novas Teorias Sobre o Mundo Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ED. 1997.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.



MACÊDO, José Emerso Tavares de. **Representações cômicas do cronista do traço Fred Ozanan**: o movimento Diretas Já no Diário da Borborema. 2009. ?p. Monografia (Trab. Acad. Orient.) – Curso de História – Centro de Educação. Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Campina Grande – PB.

MELLO, José Octávio de Arruda. Wilson Braga: Um Capítulo da História Eleitoral Paraibana – in: **Poder e Política na Paraíba**: Uma Análise das Lideranças de 1960-1990. João Pessoa, API A UNIÃO; 1993, p.216 e 219.

\_\_\_\_\_**História da Paraíba**: Lutas e Resistência. 2ª Ed – João Pessoa: editora Universitária/ UFPB, 1995.

MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. História e Memória: algumas observações. In: **[http://www.fja.edu.br/proj\\_acad/praxis/praxis\\_02/documentos/ensaio\\_2.pdf](http://www.fja.edu.br/proj_acad/praxis/praxis_02/documentos/ensaio_2.pdf)**. Acesso em 17 de Julho de 2011, as 15:00 hrs.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Relação entre História e Literatura e Representação das Identidades Urbanas no Brasil (século XIX e XX). In: Revista Anos 90, Porto Alegre, n. 4, dez. de 1995.

\_\_\_\_\_, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. -2. Ed. 1. Reimp. – Belo Horizonte: Autentica 2005.

RODRIGUES, Antonio Edmilson M e FALCON, Francisco José Calanzans. **Tempos Modernos**: ensaios de história cultural. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira 2000.

SEGA , Rafael. História e Política 2008. In: **Questões e Debates**, Curitiba, N. 37, 183-195p.

SOUZA, Onildo Gouveia de. **Memórias de Trabalhadores da Cultura do Algodão em Serra Branca – PB** (1950-1980). Campina Grande: UEPB, 2007.

WEFFORT, Francisco. **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1978.

**Periódicos pesquisados**

JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA. Set. de 1986.

JORNAL GAZETA DO CARIRI. Nov. a Dez. de 1983.

\_\_\_\_\_ Fev. a Jun. de 1984.

\_\_\_\_\_ Dez de 1984.

\_\_\_\_\_ Caderno Especial Jun. de 1985.

JORNAL DA PARAÍBA. Jun. de 1986

**Entrevistas realizadas**

SILVA, Josefa heleno da. Jornal Gazeta do Cariri. Entrevista concedida à Josenildo Marques em 15 de junho de 2011.

LIMA, Antonio Batista. Jornal Gazeta do Cariri. Entrevista concedida à Josenildo Marques em 18 de junho de 2011.

# APÊNDICES

**APÊNDICE A: Questionário aplicado para obter dados sobre o fundador da  
*Gazeta do Cariri* e sobre o Governo Wilson Braga.**

1º) O QUE VOCÊ SABE SOBRE A VIDA DE LEOMARQUES FRANCISCO DA SILVA?

2º) VOCÊ PODERIA APRESENTAR ALGUNS MOTIVOS QUE LEVARAM LEOMARQUES A FUNDAR O JORNAL GAZETA DO CARIRI?

3º) QUAIS DIFICULDADES LEOMARQUES ENFRENTAVA NA ADMINISTRAÇÃO DO JORNAL GAZETA DO CARIRI?

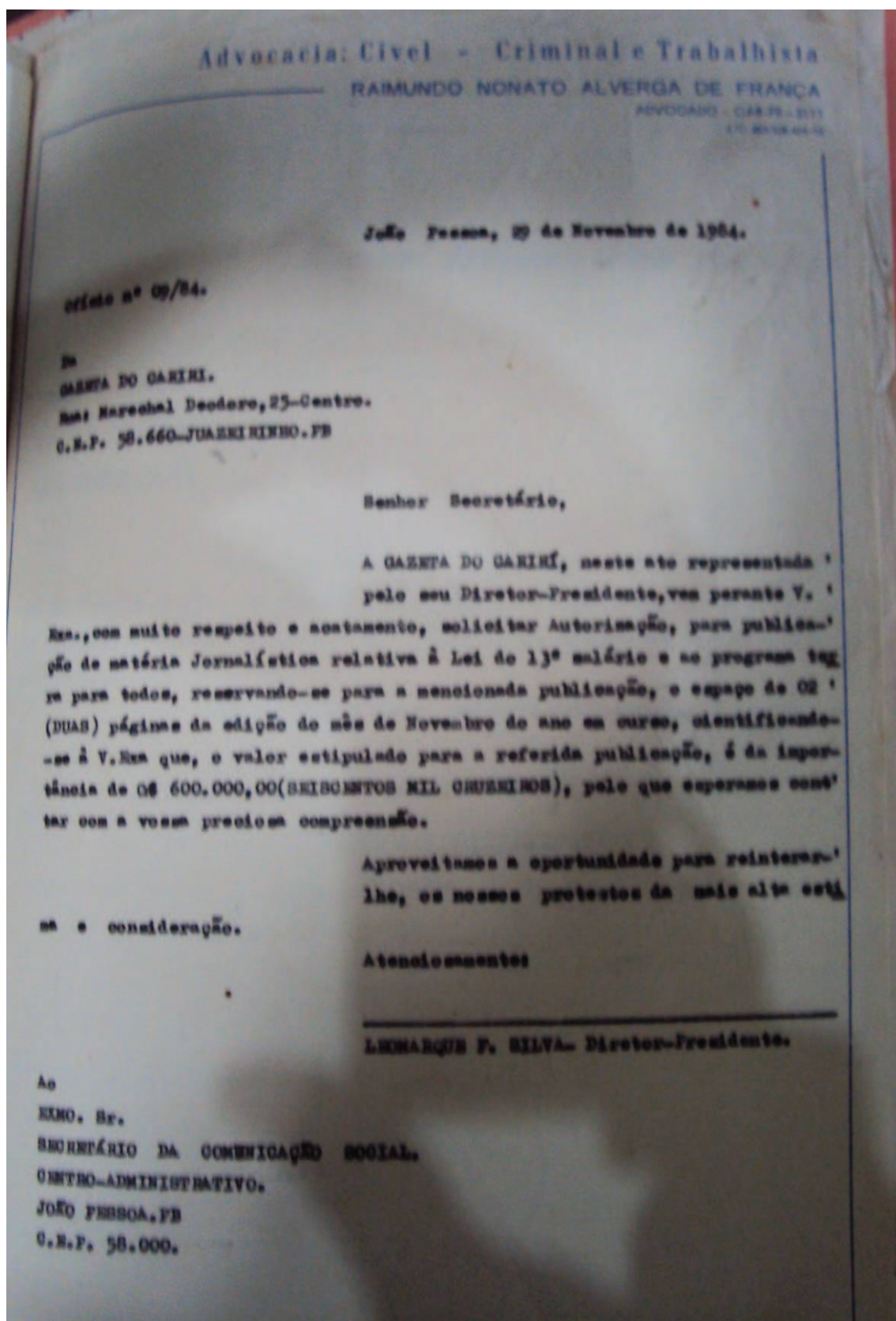
4º) QUEM ERA AS PRINCIPAIS LIDERANÇAS POLÍTICAS QUE GERALMENTE LEOMARQUES APOIAVA? E QUAL A REALAÇÃO POLÍTICA DELE COM O GOVERNO WILSON BRAGA?

5º) COMO VOCÊ AVALIA O GOVERNO DE WILSON BRAGA NA PARAÍBA ENTRE OS ANOS DE 1983-1986.?

# **ANEXOS**

**ANEXO A** - Ofício da *Gazeta do Cariri* enviado a Secretaria de Comunicação do Estado.

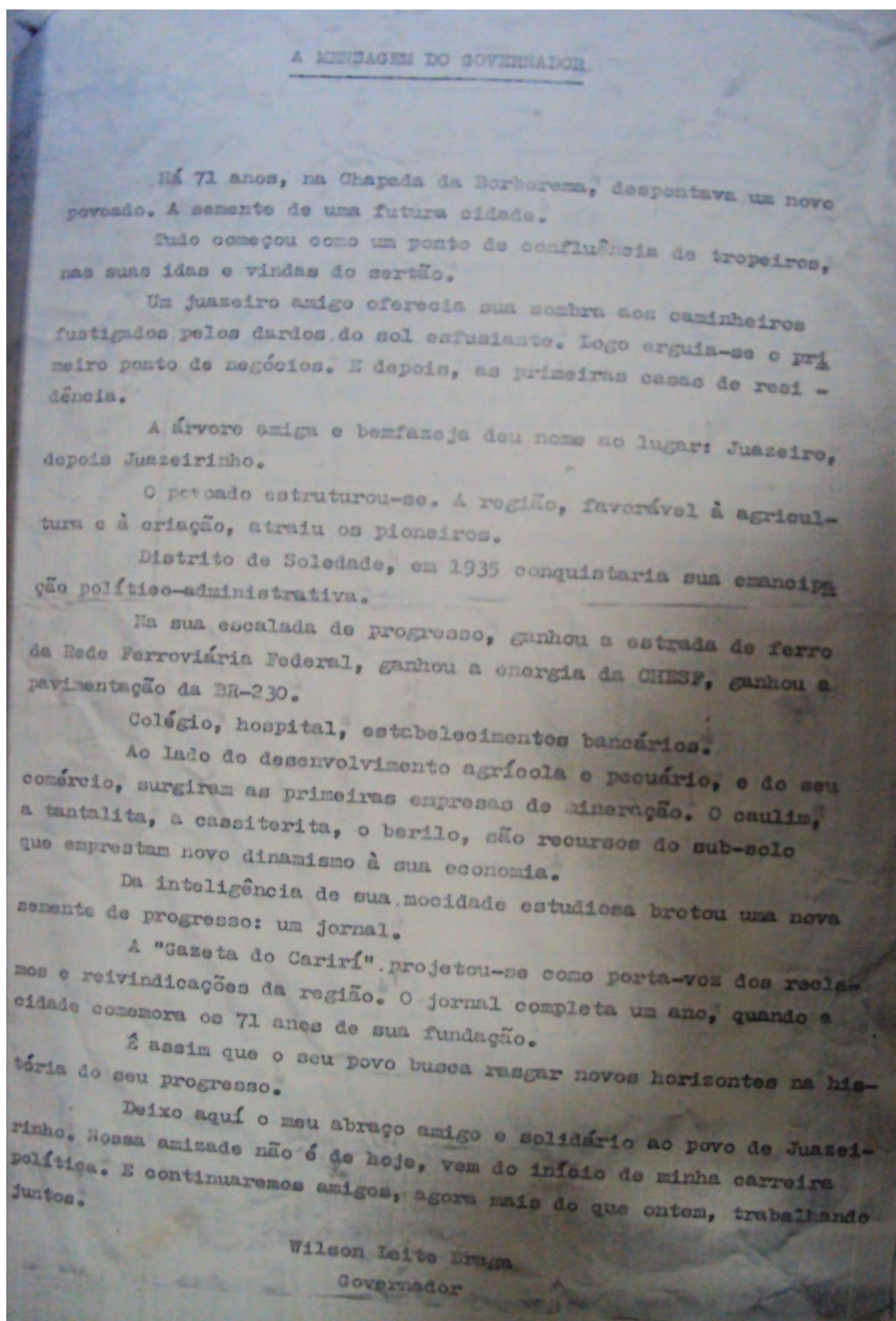
Fonte: acervo pessoal dos familiares do fundador do jornal. Novembro de 1984





**ANEXO B** - Mensagem do governador que deveria ser publicada no Jornal Gazeta do Cariri.

Fonte: Acervo pessoal da família do fundador . Dezembro de 1984.





**ANEXO C** - José Ademir de Araújo: patrocinador do jornal *Gazeta do Cariri*  
Fonte: Acervo pessoal da família do fundador do jornal. Novembro de 1984

**GAZETA DO CARIRI**

Rua Quintino Bocaiuva, 13 - 1º andar  
58660 - JUAZEIRINHO - PB. C.G.C. Q8 580 854/0001-04

Depto. de Assinatura Nº

RECIBO DE ASSINATURA

Recebemos de JOSÉ ADEMIR DE ARAÚJO  
com end.cito-----  
bairro-----Cidade-----  
CEP-----Estado-----  
a importância de Cr\$----- (-----)  
-----) referente ao pagamen  
to de-----ASSINATURA-----do nosso /  
Jornal, iniciando-se em-----de-----de-----  
e com término em-----de-----de-----  
Pelo que damos o presente RECIBO em-----via'  
(s) dando plena e total quitação.

Lugar e Data

Assinatura do Agente Autorizado

Valor pago Cr\$-----  
SOLICITAÇÃO DE ASSINATURA

Solicitação que faz:-----  
End.p/entrega dos Jornais ESBOÇO ARDORVIA-  
NIA

O espaço abaixo é para ser usado pelo assinante, ci-  
tando as datas de aniversário seu e de membros da fa  
mília bem como outras datas importantes. Não havendo/  
espaço suficiente, poderá ser usado papel a parte com  
as anotações.  
26-11 - ADEMIR

**ANEXO D - Mensagem do Jornal sobre a primeira dama do Estado Lúcia Braga**  
Fonte: Acervo pessoal da família do fundador do jornal. Maio de 1984

13 Subs  
UN- 11- MI  
S/14

Comissão  
Margarida

Para ocasião da passagem dos dias das mães, D. Lúcia Braga, Primeira Dama do Estado, foi homenageada na Capital, por diversas mães pobres, que simbolizavam a representação de todas as mães paraibanas naquela ocasião, sendo-lhe oferecido bouquet de flores e diversos outros presentes. Em agradecimento a homenagem, D. Lúcia Braga, falou da emoção de que era possuidora naquele instante por tão significativa homenagem, assumindo um compromisso de que enquanto lhe fosse dado forças suficientes, jamais esqueceria essas os problemas das mães mais pobres e tudo faria para amenizar esses problemas. Na montagem fotográfica vemos diversos ângulos dessas homenagens.



**ANEXO E** - Cidades pretendidas pelo fundador para circulação do jornal *Gazeta do Cariri*.

Fonte: Acervo pessoal da família do fundador do jornal. Data não definida.

